



## DOCUMENTO DE ÁREA 2013

### Identificação

Área de Avaliação: **PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL/DEMOGRAFIA**

Coordenador de Área: Rainer Randolph (UFRJ)

Coordenador-Adjunto de Área: Ivo M.Theis (FURB)

Coordenador-Adjunto de Mestrado Profissional: Maria Paula Casagrande Marimon (UDESC)

### I. Considerações gerais sobre o estágio atual da Área

A Área de avaliação em Planejamento Urbano e Regional / Demografia (PUR-Demo) está composta por duas subáreas: uma de Planejamento Urbano e Regional (PUR) e a outra de demografia. A primeira subárea originou-se da criação, no início da década de 1970, dos primeiros cursos de mestrado em Recife, Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre com a finalidade de formar quadros qualificados tanto para a formulação como para a implementação de políticas urbanas e regionais que o então regime militar vigente idealizava.

Nessa subárea não se abriu qualquer novo curso durante a década de 1980; , naquele período a área estava ainda junto com os cursos em arquitetura e urbanismo na CAPES. Nesta década foi apenas credenciado um programa com mestrado e doutorado em demografia. No mesmo período foi encerrado o curso da Universidade de Brasília e o de São Paulo permaneceu vinculado à área de arquitetura, urbanismo e design após a separação entre planejamento e arquitetura e urbanismo como duas áreas na CAPES. Durante a década de 1990, houve um aumento pouco significativo para seis programas (com sete cursos) em Planejamento Urbano e Regional ; em que se inclui o credenciamento de dois cursos de doutorado (IPPUR-UFRJ, MDU/UFPE). Na outra subárea foram criados dois mestrados em demografia.

Na primeira década do século XX, houve uma excepcional aceleração do crescimento da área especialmente na sua subárea de planejamento urbano e regional. Mesmo de 2010 até 2012 foram credenciados mais oito programas, entre os quais três mestrados profissionais; a subárea conta agora com oito mestrados profissionais. Em fins de 2012, a área contava com trinta e dois programas na subárea de planejamento urbano e regional e com quatro programas de demografia.

O seguinte QUADRO 1 apresenta uma listagem dos cursos e programas credenciados da subárea de Planejamento Urbano e Regional em 2012.

## DOCUMENTO DE ÁREA 2013

**Quadro 1: PROGRAMAS DA SUB-ÁREA DE PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL**

Programa	IES	UF	Região	Data da recomendação ME/DO
Desenvolvimento e Planejamento Territorial	PUC-GO	GO	CO	2005
Desenvolvimento Regional (MP)	ALFA	GO	CO	2006
Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano	UNAMA	PA	N	2006
Desenvolvimento Regional	UFT	TO	N	2006
Gestão de Políticas Públicas (MP)	UFT	TO	N	2012
Desenvolvimento Regional da Amazônia	UFRR	RR	N	2011
Mestrado Integrado em Desenvolvimento Regional	UNIFAP	AP	N	2005
Desenvolvimento Regional	UEPB	PB	NE	2008
Desenvolvimento Regional e Urbano (ME/DO)	UNIFACS	BA	NE	1999/2005
Desenvolvimento Socioespacial e Regional	UEMA	MA	NE	2010
Desenvolvimento Urbano (ME/DO)	UFPE	PE	NE	1975/1999
Estudos Urbanos e Regionais	UFRN	RN	NE	2010
Planejamento Ambiental (MP)	UCSAL	BA	NE	2006
Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social (ME/DO)	UCSAL	BA	NE	2005/2012
Desenvolvimento Regional (MP)	INESP	MG	SE	2011
Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas	UFRRJ	RJ	SE	2011
Planejamento e Desenvolvimento Regional	UNITAU	SP	SE	2009
Planejamento e Gestão do Território (ME/DO)	UFABC	SP	SE	2010/2012
Planejamento Regional e Gestão da Cidade (MP)	UCAM	RJ	SE	2002
Planejamento Urbano e Regional (ME/DO)	UFRJ	RJ	SE	1972/1993
Planejamento Urbano e Regional	UNIVAP	SP	SE	2000
Desenvolvimento Regional (ME/DO)	UNISC	RS	S	1995/2005
Desenvolvimento Regional	FACCAT	RS	S	2012
Desenvolvimento Regional (ME/DO)	FURB	SC	S	2004/2011
Desenvolvimento Regional	UNC	SC	S	2006
Desenvolvimento Regional e Agronegócio (ME/DO)	UNIOESTE	PR	S	2002/2009
Planejamento e Governança Pública (MP)	UTFPR	PR	S	2010
Desenvolvimento Regional	UTFPR	PR	S	2009
Planejamento Territorial e Desenv. Socioambiental (MP)	UDESC	SC	S	2006
Planejamento Urbano e Regional (ME/DO)	UFRGS	RS	S	1970/2003
Gestão Urbana (ME/DO)	PUC/PR	PR	S	2002/2008
Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais (MP)	UNOCHAPECÓ	SC	S	2009

Fonte: CAPES (<http://www.capes.gov.br>)

Em 2012 a sub-área de Planejamento Urbano e Regional conta com 42 cursos num total de 32 programas; destes oito são mestrados profissionais.

## DOCUMENTO DE ÁREA 2013

O Gráfico 1 mostra a evolução da sub-área desde o ano de 2001 quando havia sete cursos:

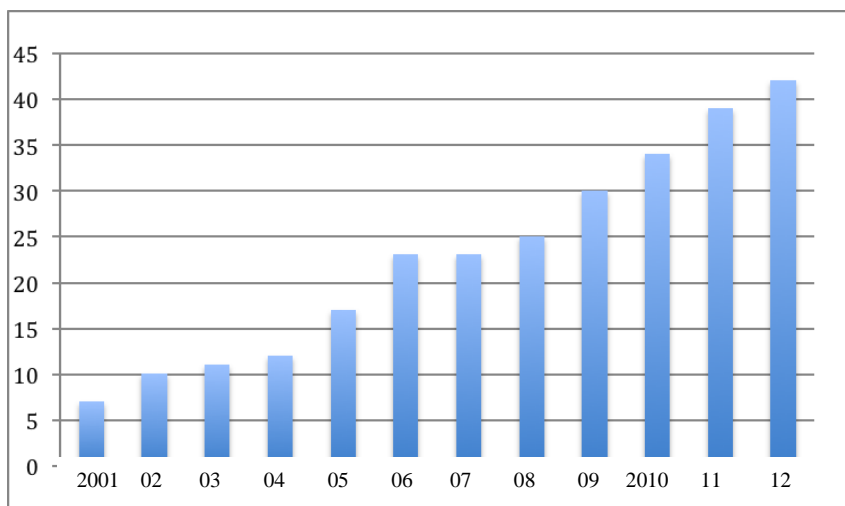


Gráfico 1: Evolução da Sub-Área de Planejamento Urbano e Regional de 2001 a 2012

Fonte: CAPES (<http://www.capes.gov.br>)

Já no Gráfico 2, a seguir, se observa, através da distribuição territorial destes cursos, sua presença em todas as macrorregiões do país, com destaque na região Sul.

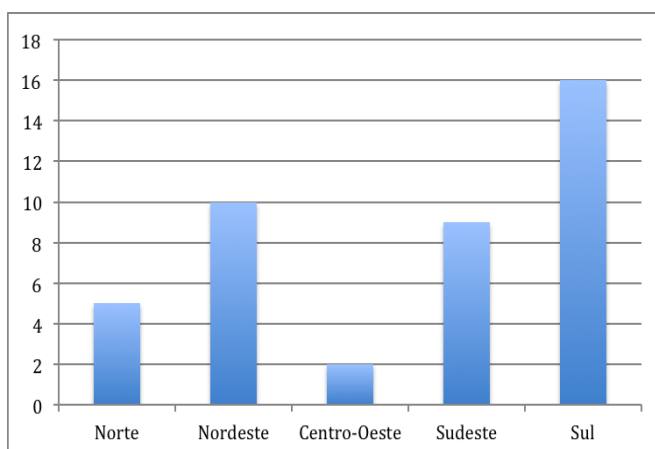


Gráfico 2: Distribuição Macrorregional dos Cursos em Planejamento Urbano e Regional

Fonte: CAPES (<http://www.capes.gov.br>)

**DOCUMENTO DE ÁREA 2013**

A história dos programas da subárea de Demografia acompanha, até certo ponto, aquela da do Planejamento Urbano e Regional. Há atualmente quatro programas com seis cursos dos quais três estão localizados no Sudeste; um em cada um dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Em 2010, foi credenciado um Mestrado Acadêmico em Demografia que se encontra em Natal no Rio Grande do Norte como se observa no Quadro 2:

**Quadro 2: PROGRAMAS DA SUB-ÁREA DE DEMOGRAFIA**

Programa	IES	UF	Região	Data da recomendação ME/DO
Demografia (ME)	UFRN	RN	NE	2011
Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais	ENCE	RJ	SE	1998
Demografia (ME/DO)	UNICAMP	SP	SE	2003/2003
Demografia (ME/DO)	UFMG	MG	SE	1985/1985

No entanto, mais importante do que essa expansão numérica são as transformações pelas quais a área passou em termos dos campos de atuação, temáticos, naturezas e localização dos seus cursos.

Durante as primeiras décadas, os programas e cursos das duas subáreas de Planejamento Urbano e Regional e de Demografia localizaram-se nas regiões mais dinâmicas do país ou mesmo em metrópoles regionais mais distantes. Estiveram voltados à demografia e ao planejamento urbano-metropolitano na sua grande maioria. E foram esses os cursos que definiram, de alguma maneira, a identidade da Área.

Apenas na virada do século, esse padrão vai mudar com certa velocidade e profundidade com a abertura de cursos fora das áreas metropolitanas ou em áreas que estão mais longe dos principais centros do país. Esses cursos trazem de volta uma temática que tinha sido relegado a um segundo plano durante as décadas de 80 e 90: o desenvolvimento regional em suas diferentes facetas. São esses os cursos os principais responsáveis pela ampliação da área nos anos mais recentes que propiciam à área uma penetração em regiões fora das tradicionalmente servidas por cursos de pós-graduação como é o caso do interior dos três estados da região Sul, no Centro-Oeste, do interior do Nordeste e da região Norte.

A nova composição com programas voltados para o planejamento urbano (e metropolitano), para o desenvolvimento (e gestão) regional e à demografia representa um enorme desafio de reflexão para a Área. Esse desafio não se origina apenas na

## DOCUMENTO DE ÁREA 2013

diversificação de temáticas e problemáticas articuladas, mas assume uma nova qualidade na medida em que os cursos da área se advogam a adotar abordagens interdisciplinaridade nas suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Em relação às articulações entre diferentes disciplinas que aparecem nas práticas de ensino e pesquisa desses cursos em planejamento urbano e regional, observa-se nas práticas três formas mais típicas de interlocução entre o planejamento urbano e regional e área mais próximas. São articulações com, tendencialmente, (i) arquitetura, urbanismo, sociologia, história, ciência política e outras disciplinas das humanidades nos cursos mais voltados às realidades metropolitanas; (ii) com economia, administração empresarial, geografia e mesmo ciências agrárias, da saúde e outras nos cursos com uma orientação mais regional; Ou (iii) nas questões de gestão e análise ambiental, a colaboração com as geociências é importante e deve ser destacada.

### INTERDISCIPLINARIDADE

Identifica-se na bibliografia sobre o tema “Interdisciplinaridade” que não há nenhum consenso sobre seu significado; ao contrário, como dizem alguns autores, o termo é objeto de constantes controvérsias.

Diversos autores apontam diferentes conceituações da interdisciplinaridade conforme suas respectivas posturas epistemológicas ou ideológicas. Sem entrar com maior profundidade nessa discussão, é interessante mencionar duas abordagens apontadas pela bibliografia pertinente:

Há duas expressões diferentes da compreensão da interdisciplinaridade que, no fundo, constituem uma mesma primeira vertente de interpretação: por um lado, a interdisciplinaridade é entendida como diálogo entre disciplinas científicas com a finalidade de aprofundar e ampliar os conhecimentos disciplinares de objetos; ou, por outro lado, realizar pesquisa interdisciplinar está definido a partir de um campo da pesquisa temática que se opõe á assimilações progressivas de diferentes disciplinas. Neste caso, se reconhece a especificidade disciplinar, mas adota uma espécie de colaboração deliberada entre os saberes disciplinares, sobre temas previamente definidos.

Em princípio, esse posicionamento – com suas duas expressões – é vinculado a uma perspectiva idealista, vinculada à filosofia do sujeito e é o hegemônico nos debates sobre esse conceito, consagrado pelo Congresso de Nice, na França, em 1969.

A segunda vertente parte do pressuposto que a interdisciplinaridade não pode ser concebida sem levar em conta as condições sociais e materiais de uma determinada



## DOCUMENTO DE ÁREA 2013

época, em particular do modo de produção vigente. A interdisciplinaridade como produto histórico precisa ser compreendida dentro exatamente do contexto e das determinações históricas. Esse contexto leva à construção histórica e social de objetos por meio de uma tensão entre os sujeitos pensantes e os condicionamentos que influem nesse pensamento (sua “materialidade”).

Ou seja, o que está em pauta, na discussão sobre a interdisciplinaridade, não é meramente o método e a possibilidade de superar através dele a fragmentação e a especialização da Ciência. É necessário problematizar a relação entre objeto e sujeito e abandonar separações dicotômicas entre os dois. Se nem sujeito, nem objeto são autônomos, apenas uma concepção histórica do pensamento e de seu “movimento” será capaz de dar conta da relação entre os dois.

Esses breves apontamentos a respeito de uma disputa simbólica a respeito do termo da interdisciplinaridade serve aqui como pequena contextualização e indício de múltiplas compreensões deste termo. Essas diferentes compreensões encontram-se na própria área e são importantes para compreender porque a interdisciplinaridade para a área não se constitui uma mera “realidade” – apesar de todas as articulações que possam existir entre saberes disciplinares -, mas muito mais um problema e um desafio. Há essas diferenças de entendimento entre os programas em geral com também, especialmente, entre as duas subáreas Planejamento Urbano e Regional, por um lado, e Demografia, por outro.

Por isto foi necessário, apresentar aqui, ainda que brevemente, as mencionadas diferenças epistemológicas entre essas duas perspectivas que se expressam na história, nos objetos, nos protagonistas, nas problematizações e na visão do próprio mundo (relação sujeito-objeto) dos programas e das subáreas como mostrado a seguir:

(a) No caso do Planejamento Urbano e Regional, se percebe claramente que a interdisciplinaridade praticada pelos programas da área será mais facilmente compreendida a partir de uma percepção de sua construção histórica do que a partir da perspectiva da filosofia do sujeito.

A história da formação da (sub) área mostra que suas características são influenciadas pelos processos históricos das transformações da sociedade brasileira que se expressam mais na prática da criação e funcionamento dos cursos e programas e não numa adesão explícita a qualquer um dos dois apontados posicionamentos epistemológicos. Assim, essas mudanças servem como referência para entender porque em determinados momentos determinados propostas de cursos são encaminhadas; propostas que não estão meramente uma expressão de uma necessidade (um tanto abstrata) de avançar no diálogo entre disciplinas, mas onde se identifica claramente uma relação entre os “objetos” (e objetivos) com os “sujeitos” proponentes (protagonistas) das propostas. E, neste sentido, a interdisciplinaridade não aparece como resultado de uma reflexão



## DOCUMENTO DE ÁREA 2013

explícita da área, mas da mera prática daqueles que a formulam, até mais implicitamente, ao propor cursos de pós-graduação. Assim, a “interdisciplinaridade em planejamento e demografia” parece estar mais próxima a uma visão histórica/dialética do que à filosofia do sujeito.

Por causa disto, a própria história da construção e trajetória da (sub) área, apresentado há pouco, explícita o próprio caráter de interdisciplinaridade. E se entende melhor porque e em que medida a nova composição com programas voltados para o planejamento urbano (e metropolitano) e para o desenvolvimento (e gestão) regional representa um enorme desafio de reflexão para a Área. Esse desafio não se origina apenas na diversificação de temáticas e problemáticas articuladas, mas assume uma nova qualidade na medida em que os cursos da área se advogam a adotar abordagens interdisciplinaridade nas suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Em relação às articulações entre diferentes disciplinas que aparecem nas práticas de ensino e pesquisa desses cursos em planejamento urbano e regional, observa-se nas práticas três formas mais típicas de interlocução entre o planejamento urbano e regional e área mais próximas. São articulações com, tendencialmente, (i) arquitetura, urbanismo, sociologia, história, ciência política e outras disciplinas das humanidades nos cursos mais voltados às realidades metropolitanas; (ii) com economia, administração empresarial, geografia e mesmo ciências agrárias, da saúde e outras nos cursos com uma orientação mais regional; Ou (iii) nas questões de gestão e análise ambiental, a colaboração com as geociências é importante e deve ser destacada.

Em síntese, a compreensão de uma “interdisciplinaridade própria” da subárea estaria baseada, por um lado, na aceitação de uma variedade de abordagens metodológicas “interdisciplinares” que estão relacionadas aos diversos objetos trabalhados nos programas; mas, por outro lado, essa interdisciplinaridade não se origina numa procura explícita de ultrapassar e superar métodos disciplinares, mas é o resultado de um processo mútuo e interativo entre a procura e identificação de objetos e a própria constituição dos protagonistas. A articulação com métodos e técnicas vai mostrando, na prática e na sua apropriação em ensino e pesquisa, o potencial para dar conta da produção de conhecimento a respeito das questões que movem um curso. É isto que, talvez, possa ser chamada de uma abordagem interdisciplinar e, ao mesmo tempo, “focada” na medida em que é na constituição e transformação dos programas que se articula metodologias a partir e em torno de determinadas temáticas e problemáticas, de campos complexos inclusive de intervenção na realidade, de objetos e de sujeitos produtores de determinados “espaços sociais”.

(b) A outra subárea da nossa Área, a Demografia, posiciona-se em relação à interdisciplinaridade mais a partir de uma perspectiva da filosofia de subjetividade na medida em que reconhece sua interdisciplinaridade nos próprio objetos de seu trabalho.





## DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Como no caso das experiências internacionais, a Demografia realizada no Brasil tem diálogos intensos com grande variedade de disciplinas. Estes diálogos variam de intensidade de acordo com a instituição em que estão sediados os centros ou departamentos que congregam os demógrafos, podendo estar mais próximos da Economia, das Ciências Sociais, das Ciências da Saúde ou da Estatística. Está no início da questão da sua institucionalização como disciplina científica autônoma a definição da Demografia como o estudo do tamanho, distribuição territorial e composição da população, suas mudanças e os componentes dessas mudanças.

Essa definição evidencia a diversidade dos aspectos da realidade social aos quais a Demografia se dedica, e que estão expressos na própria definição da dinâmica demográfica, que incorpora como seus elementos básicos constitutivos a natalidade, a mortalidade e a migração. Decorre daí que a Demografia recorre principalmente a biologia e sociologia para estudos sobre fertilidade; economia e geografia para estudos de migração e a ciências de saúde para análises da mortalidade.

Ou seja, a partir da própria compreensão do seu objeto de estudos, a Demografia se entende como caracteristicamente interdisciplinar. Nesse sentido entende-se melhor a formação do demógrafo, que acontece especificamente na pós-graduação, quando o candidato já tem uma formação disciplinar.

Esta especificidade da Demografia faz com que incorpore diálogos permanentes com outras disciplinas, embora tenha o seu cerne específico, que envolve o conhecimento técnico e analítico relativo aos estudos sobre os componentes da dinâmica demográfica e suas interrelações, assim como as relações desses componentes da dinâmica demográfica com as diversas facetas da realidade social. Essa característica faz com que, por exemplo, estudos sobre família e gênero façam parte do seu âmbito disciplinar, além das outras abordagens já citadas.

Vários autores destacam, como principais características da subárea, o pluralismo e a larga abrangência de enfoques e de temáticas. Tanto quanto a outra subárea, a demografia se encontra em constante mudança e “modernização” de certa forma também resultam do diálogo permanente com outras disciplinas científicas.

A Área, em sua composição nas duas subáreas abordadas, entende o conjunto desses programas e cursos como um fórum privilegiado não apenas para ser “objeto” de instrumentos de avaliação – e assim fortalecimento mútuo do avanço da área –, mas também enquanto uma oportunidade de estimular e apoiar debates acadêmicos a respeito da compreensão da relação e articulação entre os três campos principais da composição da área, o planejamento urbano, o desenvolvimento regional e a demografia, e suas interlocuções com outras áreas disciplinares.





## DOCUMENTO DE ÁREA 2013

### ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

A atual configuração da área Planejamento Urbano e Regional e Demografia (PUR-Demo), em que seus programas de Pós-Graduação refletem estruturas a partir de demandas locais e regionais, está articulada em torno de áreas de concentração voltadas às temáticas do planejamento urbano e regional, gestão e desenvolvimento regional, e demografia, com nítido caráter inter, multi e até mesmo transdisciplinar. E também apresenta uma especial e benéfica especificidade de que a grande maioria dos cursos da área, criados após o ano 2000, estão localizados nas porções mais interioranas do país, saindo das principais capitais. Esta característica força a aproximação com a realidade do mundo rural do país.

As questões de educação têm sido tratadas, com mais evidência, naqueles cursos que contemplam linhas de pesquisa que abordam desenvolvimento e gestão regional. Os cursos com foco a partir de uma perspectiva de gestão têm desenvolvido com frequência pesquisas sobre temas educacionais articulados as perspectivas científicas, culturais, sociais ou econômicas (arranjos produtivos locais) com formação de educadores dos sistemas públicos federais, estaduais e municipais de ensino e também de instituições privadas. Estes cursos têm fomentado a integração dos diferentes níveis de ensino, seja pela capacitação dos profissionais da educação nas questões de planejamento e gestão, seja pela escola foco de análise, que usufrui dos resultados destas interações.

Os programas da área têm como principal objetivo a capacitação de recursos humanos, que na modalidade acadêmica, têm foco na formação de profissionais pesquisadores para atuar principalmente como docentes de nível superior. Mas a realidade aponta que também são capacitados quadros para atuar na escola básica, ensino médio e fundamental. Na modalidade profissional, com cursos mais voltados ao mundo do trabalho, estes têm realizado pesquisas com foco aplicado a contribuir na reflexão de problemas específicos estabelecidos pelas demandas produtivas e sociais, sejam regionais ou locais, em consonância com o desenvolvimento que garanta a inclusão das questões sociais. Assim muitos dos programas de mestrado profissional da área *PUR-Demo*, com linhas de pesquisa em gestão e desenvolvimento social, tem se voltado às pesquisas educacionais, formando pesquisadores que atuam como educadores em diversas instituições de ensino básico e superior, reforçando, através da pesquisa realizada, a integração dos diferentes níveis de educação, trazendo benefícios diretos àquelas realidades pesquisadas.

Materiais didáticos também têm sido produzidos com frequência como subprodutos das dissertações e teses defendidas, frutos de diagnósticos das realidades rurais e urbanas pesquisadas e vivenciadas e constituem ricas fontes de informações, sejam na forma de atlas com espacialização dos dados, livros, cartilhas e outras formas de divulgação.

## DOCUMENTO DE ÁREA 2013

A área *PUR-Demo* tem potencial para contribuir e avançar no enfrentamento dos grandes desafios colocados para a educação, apontados pelo Plano Nacional de Pós-Graduação 2011 a 2020, seja na organização da reflexão sobre a inclusão digital dos alunos, a aproximação e atuação efetiva no espaço escolar de ensino básico, tanto fundamental e médio, e contribuir para a educação de escolas rurais e agricultura familiar, na promoção da saúde e alimentação saudável, com ações de incentivo a educação especial, inserção social, diversidade sexual e culturas afro e indígena.

Ainda se constitui em desafios para a área *PUR-Demo*, a integração mais direta no mundo escolar, com promoção de feiras de ciências, oficinas, visitas a laboratórios de pesquisas e museus, desenvolvimento de programas de iniciação científica junior.

### II. Requisito e orientações para Propostas de Cursos Novos

#### MESTRADO (ACADÊMICO)

##### (i) Proposta do curso

Em relação à apresentação do item PROPOSTA de um curso novo, devem ser satisfeitos os mesmos critérios apontados na Ficha de Avaliação da área:

- Objetivos precisos do curso e perfil acadêmico pretendido com a formação proporcionada;
- Articulação explícita entre objetivos, área(s) de concentração e estrutura curricular;
- Definição da(s) Área(s) de Concentração deve mostrar as perspectivas teórico-metodológicas da proposta, a dimensão da sua atuação em relação a determinados campos acadêmicos e profissionais;
- Clareza e precisão das linhas de pesquisa formuladas, seu ajuste à(s) área(s) de concentração bem como aos campos de especialização do corpo docente e explicitação da relação com seus respectivos projetos de pesquisa em andamento;
- Adequação da estrutura curricular à(s) área(s) de concentração e, eventualmente, às linhas de pesquisa bem como ao perfil do corpo docente; distribuição das disciplinas obrigatórias e eletivas (quando há essa distinção); disciplinas dedicadas à fundamentação teórica e ao ensino de metodologia e técnicas de investigação científica; seminários de projetos, de pesquisa e temáticos.
- Proposta curricular capaz de proporcionar formação teórica e metodológica que

## DOCUMENTO DE ÁREA 2013

contemple: bibliografia de referência (clássica e contemporânea, nacional e estrangeira) adequada à(s) área(s) de concentração e às linhas de pesquisa; ensino de métodos e técnicas e de tratamento analítico de dados; articulação lógica entre conceitos e fundamentação empírica; redação clara e observância das convenções acadêmicas;

- Compatibilidade da produção acadêmica com a(s) área(s) de concentração e as linhas de pesquisa propostas;

(ii) Corpo Docente

A Composição do CORPO DOCENTE é um dos elementos fundamentais para a recomendação de um curso novo. Serão contemplados os seguintes critérios:

- Composição do corpo docente permanente proposto por doutores com formação ou atuação no campo temático do curso/programa;
- Nomeação de no mínimo 8 (oito) docentes permanentes para o corpo docente do curso novo;
- Composição interdisciplinar do corpo docente adequada às áreas de conhecimento indicadas na Proposta do Programa (Área de Concentração, Linha de Pesquisa e Projeto de Pesquisa);
- Diversificação adequada e não endógena da formação do corpo docente permanente (instituições onde obtiveram doutoramento);
- Experiência inicial do corpo docente permanente em trabalho em equipe interdisciplinar;
- Proporção de docentes do corpo permanente em relação ao corpo docente total do programa deve satisfazer as Normas e Portarias pertinentes da CAPES e da própria área: pelo menos 70% dos docentes do Programa devem integrar o corpo de docentes permanentes; o percentual de docentes permanentes em condições especiais (PRODOC, aposentados e conveniados) não deve ultrapassar 30% em relação ao total de docentes permanentes;
- Proporção satisfatória de docentes permanentes com tempo integral na IES onde se situa o Programa e com dedicação mínima de 20 horas semanais no Programa;
- Proporção de docentes permanentes que podem participar nessa mesma condição em apenas um outro programa não pode ultrapassar 30%;
- Participação dos todos docentes do quadro permanente em projetos de pesquisa;

(iii) Atividade de pesquisa

Espera-se que uma proposta de curso novo apresente com clareza e precisão as linhas de

## DOCUMENTO DE ÁREA 2013

pesquisa, seu ajuste à(s) área(s) de concentração bem como aos campos de especialização do corpo docente indicado e aponta, explicitamente, a relação com os respectivos projetos de pesquisa anunciados ou já em andamento.

### (iv) Produção intelectual

Na avaliação da produção intelectual do corpo docente proposto para um novo curso serão contemplados os seguintes produtos em primeiro lugar:

- publicação de artigos em periódicos;
- publicação de livros e capítulos de livros;
- publicação de trabalhos em anais de eventos.

Serão considerados apenas trabalhos publicados nos últimos três anos a contar com o ano anterior à apresentação do curso novo. Será considerada toda a produção científica acima relacionada em outra IES ou lugar de trabalho dos docentes permanentes.

Devido ao caráter interdisciplinar, na hora da apresentação de uma proposta nova de curso não se considera a pertinência da produção intelectual à Área de Planejamento Urbano e Regional e Demografia. Mesmo trabalhos disciplinares em campos de conhecimento diversos serão contabilizados.

Será realizada, neste sentido, uma análise qualitativa da produção intelectual do corpo docente permanente proposto. Para auferir a qualidade da produção do curso proposto cada produto será contabilizado apenas uma vez, ou seja, os produtos construídos em co-autoria

por mais de um docente permanente de um curso proposto contribuem para a apreciação da qualidade apenas uma vez.

Haverá também uma apreciação da quantidade da produção qualificada *per capita*: serão somados os trabalhos produzidos por cada docente permanente desconsiderando possíveis co-autorias; no numerador são somados os produtos e no denominador são considerados os docentes permanentes para o novo curso. Espera-se que, para o período dos últimos três anos (vide acima) a média de publicações qualificadas (i.e. como trabalhos em periódicos, livros e capítulos e trabalhos completos em anais) por docente do quadro permanente por ano supere o índice de 2 (dois).

Propostas cujos membros do corpo docente permanente não apresentem nenhuma produção no período mencionado não serão recomendadas.

## DOCUMENTO DE ÁREA 2013

### (v) Infraestrutura de ensino e pesquisa

Espera-se que o curso novo conte com instalações adequadas em relação a salas de aula, salas de estudo e pesquisa, salas para docentes, equipamentos de informática atualizados e disponíveis em uma sala própria para seu uso, acesso à internet (e, de preferência, ao Portal de Periódicos da CAPES) e a uma biblioteca com uma primeira seleção de livros e periódicos relevantes para a área.

A biblioteca deve possuir, de qualquer forma ainda antes do início do curso, a bibliografia exigida pelas disciplinas obrigatórias do curso.

### Vi) Outras

Serão verificados, durante o processo de apreciação de novos cursos, o encaminhamento correto e completo que a CAPES exige para a apresentação de APCNs.

## DOUTORADO

### (i) Proposta

Aplicam-se as mesmas considerações como aquelas apresentadas para mestrados acadêmicos. Adicionalmente há de se considerar, no caso de um curso de doutorado, explicitamente sua articulação com o curso de mestrado já existente que deve ter uma qualificação que corresponde, em princípio, a um conceito que se exige para a recomendação de um curso de doutorado.

### (ii) Corpo Docente

Em relação à composição, experiência e interdisciplinaridade do corpo docente aplicam-se os critérios já mencionados para mestrados acadêmicos, a saber:

- número mínimo de docentes permanentes deve ser igual ou maior do que 10 (dez) professores
- para docentes serem credenciados para um curso de doutorado, eles devem ter, no mínimo, uma orientação de uma dissertação de mestrado já concluída;
- devem ter obtido seu diploma de doutorado há no mínimo três anos;

precisam constar da proposta do novo curso, explicitamente, os critérios e normas gerais para o credenciamento ou descredenciamento do programa de pós-graduação.

### (iii) Atividade de Pesquisa

Espera-se que uma proposta de curso novo apresente com clareza e precisão as linhas de pesquisa, seu ajuste à(s) área(s) de concentração bem como aos campos de

## DOCUMENTO DE ÁREA 2013

especialização do corpo docente indicado e aponta, explicitamente, a relação com os respectivos projetos de pesquisa anunciados ou já em andamento.

### (iv) Produção intelectual

Na medida em que curso de mestrado e curso de doutorado pertencem, em geral, ao mesmo programa de pós-graduação, os critérios em si de avaliação são iguais aos do mestrado acadêmico:

Na avaliação da produção intelectual do corpo docente proposto para um novo curso serão contemplados os seguintes produtos em primeiro lugar:

- publicação de artigos em periódicos;
- publicação de livros e capítulos de livros;

Espera-se que o curso novo conte com instalações adequadas em relação ao novo padrão que alcança quando da implantação de um curso de doutorado. Serão atentamente apreciadas existentes salas de aula, salas de estudo e pesquisa, salas para docentes, equipamentos de informática atualizados e disponíveis em uma sala própria para seu uso, acesso à internet (e, de preferência, ao Portal de Periódicos da CAPES) e a uma biblioteca com uma boa seleção de livros e periódicos relevantes para a área. Nesse caso o acesso ao Portal de Periódicos da CAPES coloca-se como quase uma necessidade para dar sustento às pesquisas de doutorado dos alunos.

A biblioteca deve possuir, na medida que se espera já o funcionamento anterior de um curso de mestrado acadêmico na mesma IES, não apenas uma bibliográfica básica como referência para os cursos, mas deve ter uma coletânea especializada em certas temáticas que o corpo docente de pós-graduação vem trabalhando durante esses anos.

### (vi) Outras

Serão verificados, durante o processo de apreciação de novos cursos, o encaminhamento correto e completo que a CAPES exige para a apresentação de APCNs.

## MESTRADO PROFISSIONAL

### (i) Proposta do curso

Esse item tem uma importância estratégica, uma vez que revela a concepção do Mestrado Profissional (MP) mediante uma nova figura que não está presente nos Mestrados Acadêmicos (ME), qual seja, o respectivo “campo profissional”, modo como a área chama a relação dos mestrados com o mundo profissional. Convém ressaltar que não é fácil identificar ou especificar quais seriam esses respectivos “campos” na medida em que a formação na área de planejamento



## DOCUMENTO DE ÁREA 2013

urbano/regional e demografia não é voltada para um segmento específico. Trata-se de qualificação genérica de profissionais de diferentes origens no mercado de trabalho. Por isso, as propostas novas precisam, inicialmente, definir clara e explicitamente sua interlocução com algum “campo profissional” ou “campos profissionais” para que possam ser julgadas sua pertinência, coerência e consistência.

A proposta deve evidenciar claramente que o grupo proponente já vem trabalhando de forma articulada, junto à Instituição em grupos de pesquisa, previamente a sua apresentação. Deve apresentar objetivamente quais são a relevância e as justificativas para a sua implantação bem como descrever os objetivos da criação do curso. Estes objetivos, por sua vez, devem ser coerentes com os objetivos da área, isto é, deve haver compatibilidade com o campo científico no qual a proposta se insere. A relevância social e regional para a implantação da proposta deve estar bem fundamentada.

A proposta deve explicitar ainda a pertinência da(s) área(s) de concentração e desta(s) com as linhas de pesquisa e projetos em desenvolvimento. Faz parte da proposta do programa a explicitação da estrutura curricular, nela incluídos o conjunto de disciplinas oferecidas e a forma de organização do curso (modular, flexível, com ou sem disciplinas obrigatórias etc.), além do número mínimo de créditos que deve ser obtido cursando as disciplinas, realizando outras atividades e desenvolvendo o trabalho final.

A estrutura curricular deve ser adequada para o desenvolvimento das linhas e projetos de pesquisa, sem redundância com a formação *lato sensu*. Deve proporcionar uma sólida formação em pesquisa, estando contempladas disciplinas que forneçam aos alunos os fundamentos metodológicos para a prática da pesquisa bem como as ferramentas de escrita científica. Deve ainda apresentar estratégias de formação didático-pedagógicas.

O número de vagas oferecidas e de professores permanentes deve estar explicitamente apresentado. Cada docente permanente poderá ter, no máximo, oito (08) orientações de alunos de pós-graduação *stricto sensu* em andamento, considerando todos os programas onde atua (Art.2º. da Portaria CAPES Nº 1 de 4 de janeiro de 2012).

Deve estar anexado à proposta o regimento da IES caso a mesma não possua curso de pós-graduação *stricto sensu* aprovado pela CAPES. Contudo, é obrigatório para todas IES o envio do regimento/regulamento do programa de pós-graduação explicitando os critérios de credenciamento dos docentes, processo e periodicidade de seleção de alunos, número de vagas, critérios de avaliação, critérios de credenciamento do corpo docente, dentre outros aspectos.

O apoio institucional e as condições oferecidas pela IES para a realização do curso devem estar comprovados na proposta. Entende-se por apoio institucional não somente os atos e os documentos oficiais de aprovação da proposta do curso e a autorização para seu funcionamento no âmbito institucional, mas também as condições concretas de contratação do corpo docente em número e com formação adequada além de condições de infraestrutura.



## DOCUMENTO DE ÁREA 2013

### (ii) Corpo Docente

O corpo docente deve ser integrado, de forma equilibrada por doutores, profissionais e técnicos com experiência em pesquisa aplicada ao desenvolvimento e à inovação (Portaria Normativa MEC nº 17, de 28 de dezembro de 2009).

Deve estar evidenciado que o corpo docente vem trabalhando junto à Instituição há, pelo menos, um (01) ano, possuindo linhas de pesquisa consolidadas, demonstradas pela presença de produção técnico-científica anterior oriunda dessas pesquisas. A distribuição das atividades de ensino e pesquisa deve estar equilibrada entre os docentes permanentes.

O Curso deverá apresentar o número mínimo de 10 docentes permanentes, sendo que, pelo menos, 60% tenham vínculo com a instituição em tempo integral e que não se enquadrem nas condições especiais previstas no Art. 2º. da Portaria CAPES Nº 2, de 4 de janeiro de 2012.

O docente poderá participar como permanente em, no máximo, dois programas de pós-graduação da mesma Instituição. O docente não poderá participar como permanente em duas Instituições diferentes ao mesmo tempo. A participação em mais de dois programas de pós-graduação será permitida excepcional e temporariamente conforme definido pelo Art. 3º. da Portaria CAPES Nº 1, de 4 de janeiro de 2012.

São valorizadas atividades de cooperação e intercâmbio institucional, devendo ser detalhados os produtos dessa interação. A participação de docentes de outras Instituições, contudo, não deve caracterizar dependência externa e não pode ser utilizada para o atendimento das exigências mínimas de produção científica. Será valorizada a presença de docentes permanentes com bolsas de pesquisa ou de desenvolvimento tecnológico e industrial concedidas por agências de fomento nacional e estadual.

Os docentes permanentes devem demonstrar experiência anterior em orientação de alunos de graduação ou especialização.

### (iii) Atividade de Pesquisa

As linhas de atuação e os projetos de pesquisa devem estar vinculados à proposta do programa. Projetos isolados poderão existir desde que apresentem contribuição efetiva para o programa ou que apresentem potencial para a criação de novas linhas de atuação.

A produção intelectual apresentada deve guardar estreita relação com as linhas de atuação e projetos de pesquisa.

O programa deve demonstrar capacidade para obtenção de recursos de fomento à pesquisa em agências públicas ou privadas.

É primordial que todos os docentes permanentes participem de linhas de atuação e projetos de pesquisa. Recomenda-se que um docente permanente atue em, no máximo, duas linhas de atuação e que uma linha de atuação não dependa exclusivamente de apenas um docente permanente. Ademais, uma linha é considerada ativa quando se observa a presença de mais de

## DOCUMENTO DE ÁREA 2013

dois projetos em andamento. É desejável a presença de alunos de graduação nos projetos de pesquisa e, no caso de proposta oriunda de Instituição que possua um programa/curso acadêmico em andamento, a presença desses alunos de pós-graduação.

É fundamental que os projetos de pesquisa estejam regularmente distribuídos entre os membros do corpo docente permanente. São especialmente valorizados os projetos com financiamento obtido junto a agências de fomento em processos de competição e julgamento por pares.

### (iv) Produção Intelectual

A produção técnico-científica dos docentes permanentes deve guardar estreita relação com a proposta, a(s) área(s) de concentração e/ou linhas de atuação e projetos de pesquisa.

A apreciação da produção intelectual e técnica do corpo docente de um curso novo apresentam dificuldades particulares na medida em que não se trata unicamente de artigos e trabalhos acadêmicos como nos Mestrados Acadêmicos, mas também de produtos e processos de formação que exigem não apenas relações diferentes (práticas) como também outros formatos de disciplinas etc.

Isso significa observar os programas propostas em relação às intenções de cooperação com o seu respectivo campo profissional, onde tanto docentes como alunos poderiam ser inseridos e produzir algum tipo de produto. Trata-se, portanto, considerar "intervenções" junto ao meio profissional que devem ser anunciados no curso novo.

Parece razoável que essas "intervenções" sejam registradas em textos (relatórios das experiências, trabalho de fim de curso etc.). Pode haver dificuldades com acesso público a certos relatórios elaborados em âmbito profissional – um tema que precisa ser ainda melhor discutido. Não se trata de aplicar aqui qualquer Qualis porque, obviamente, é um outro tipo de resultado que pode ser publicado pelos cursos/programas nos seus respectivos *sites*, o que permite o registro público da realização da "intervenção".

### (v) Infraestrutura de Ensino e Pesquisa

A Instituição deverá apresentar laboratórios específicos adequados para a realização ou consecução das investigações propostas. Estes deverão apresentar todos os equipamentos e a infraestrutura necessária para o desenvolvimento das linhas de atuação relacionadas na proposta. Deverá estar indicado na proposta o vínculo entre os laboratórios e as linhas de atuação e projetos de pesquisa. A IES também deverá possuir salas para docentes receberem seus alunos para orientação e discussão do andamento da pesquisa e salas de estudo para alunos. Salas para o desenvolvimento das atividades didático-pedagógicas devem estar adequadas. O parque de informática deve ser descrito, destacando a disponibilidade de acesso a professores e estudantes.

Docentes e alunos deverão ter acesso on-line a bases de indexação bibliográfica, assim como periódicos com artigos em textos completos. A biblioteca da Instituição deve possuir em seu

## DOCUMENTO DE ÁREA 2013

acervo os principais títulos da área, incluindo periódicos e livros. A biblioteca deve conter em seu acervo a bibliografia recomendada nas disciplinas que compõem a proposta curricular do curso.

A infraestrutura para condução das atividades administrativas inerentes ao curso deve estar descrita e adequada.

### III. Considerações gerais sobre a Avaliação Trienal 2013

A Ficha de Avaliação a ser usada na Avaliação Trienal 2013 preserva a mesma estrutura de cinco principais quesitos da Ficha de Avaliação do triênio anterior, porém com mudanças definidas pelo Conselho Técnico-Científica da Educação Superior (CTC-ES) em julho de 2008.

Em relação aos quesitos as mudanças referem-se à sua ponderação. Cada quesito tem entre 3 a 5 itens de avaliação onde cada item recebe conceito de Muito Bom, Bom, Regular, Fraco até Deficiente. As mudanças referentes aos itens no interior de cada quesito incluem reformulações e consolidação de itens existentes na versão anterior da Ficha, reduzindo seu número e alterando, em parte, seu conteúdo.

Dentro de margens definidas pelo Conselho Técnico-Científico do Ensino Superior da CAPES (CTC-ES/CAPES), para a atribuição de pesos tanto para quatro quesitos como para os itens houve a possibilidade para cada área de estabelecer os valores conforme sua especificidade. A determinação dos pesos e da inclusão do item 2.5 no quesito referente ao Corpo Docente na Ficha da Área de Planejamento Urbano e Regional/Demografia é resultado de ampla discussão e votação realizadas em diferentes reuniões dos coordenadores da área nos últimos anos.

A geração do conceito para cada quesito é automática a partir dos conceitos atribuídos aos itens que o compõem. Uma última mudança diz respeito à geração da nota final do programa que será calculada a partir da contribuição de cada item conforme seu peso e conceito específico a ele atribuído.

Nas discussões e decisões sobre a definição dos pesos na Ficha de Avaliação e, posteriormente, na definição de indicadores qualitativos para cada item foi considerado que a formação oferecida nos programas de pós-graduação deve ser avaliada a partir de eixos determinados:

a) ensino, o que requer foco para articulação entre proposta, áreas de concentração, linhas de pesquisa e projetos; composição do corpo docente e maturidade acadêmico-científica; estrutura curricular, disciplinas oferecidas (inclusive conteúdo ministrado e bibliografia de referência e complementar);

## DOCUMENTO DE ÁREA 2013

- b) produção e divulgação de conhecimento, cujo foco reside nos projetos de pesquisa, no fluxo de dissertações e teses, na produção bibliográfica de docentes e discentes;
- c) extensão, representada, sobretudo, por intercâmbios inter-institucionais de docência e pesquisa além da tradução de resultados de projetos em planos e programas de intervenção em problemas sociais determinados ou participação na formulação de políticas públicas.

### SEMINÁRIOS DE ACOMPANHAMENTO

Os seminários são da maior importância porque permitem aos coordenadores de expressar e compartilhar com seus colegas seus problemas, dúvidas, propostas e mesmo críticas a respeito de assuntos gerais e específicos relacionados ao seu trabalho e à avaliação como está sendo praticada pela Área.

Nas duas reuniões desse triênio foram discutidos assuntos a respeito de mecanismos e instrumentos de avaliação. No seminário de outubro de 2012 houve a criação de uma Comissão com 5 titulares e 5 suplentes para realizar uma revisão do Qualis-Periódicos da Área que trabalhou até fevereiro de 2013 e apresentou um relatório com sugestões a respeito do método de classificação de periódicos. A discussão virtual e presencial dessas propostas levou a um aperfeiçoamento das orientações do método constante no Documento de Área de 2009.

Esse último seminário foi aproveitado, ainda, para envolver melhor os coordenadores da Área na reflexão sobre a nova configuração da área como foi apontado anteriormente. Houve a distribuição, entre diferentes coordenadores e membros do Comitê de Área, de uma série de outros trabalhos que tinham sido propostos pela própria Diretoria de Avaliação.

## DOCUMENTO DE ÁREA 2013

### IV. Considerações sobre Qualis-Periódicos (Artístico), Roteiro para Classificação de Livros / Eventos / Produtos Técnicos e os critérios para a estratificação e uso dos mesmos na avaliação

#### QUALIS-PERIÓDICOS

Como anteriormente apontado, uma área interdisciplinar como a do Planejamento Urbano e Regional e Demografia agrega programas com formatos e temáticas diversos nos quais os docentes se reúnem em torno de uma problemática comum à qual procuram contribuir com suas atividades de ensino, pesquisa e extensão que abrangem diferentes formações, interesses diversos e abordagens e temáticas diferenciados. É um desafio para cada campo de conhecimento assim diversificado em não cair no perigo da fragmentação e do esfacelamento o que lhe retiraria sua identidade e especificidade.

Para a constituição de um foco ou de temas centrais (conjunto com certas abordagens), a produção intelectual dos docentes e discentes joga um papel determinante no mútuo reconhecimento de interesses, motivações, metodologias e preocupações comuns. A existência de veículos de divulgação específicos, mas não especializados, asseguram a interlocução em torno desse foco ou problemática sem, com isto, restringir que os docentes divulguem sua produção intelectual também em revistas e periódicos de áreas disciplinares nas quais podem dar valiosas contribuições com suas perspectivas interdisciplinares.

Assim, se constituiu um conjunto de veículos de divulgação da produção intelectual da área de PUR-Demo que acabou sendo reconhecido como os fóruns legítimos e nucleares de debate e interlocução e nos quais a área reconhece sua identidade. As discussões no âmbito da CAPES em torno do próprio Qualis tiveram uma grande importância para se cristalizar um consenso – sujeito a revisões periódicos – a respeito desse conjunto de periódicos.

A. Conforme resultado dos debates entre coordenadores, de análises e avaliações pela Coordenação da Área e de Comitês e Comissões especificamente constituídas para esta finalidade, esses periódicos que ***são considerados diretamente vinculados à área de Planejamento Urbano e Regional e Demografia*** terão sua classificação no Qualis estabelecidos pelo seguinte procedimento:

São os seguintes os elementos dessa classificação:

- um conjunto de critérios mínimos que precisam ser cumpridos para uma publicação ser considerada periódico científico;
- bases de dados e indexadores

## DOCUMENTO DE ÁREA 2013

- critérios de diversificação institucional de autores que publicam seus trabalhos no periódico, além de critérios auxiliares

Segue-se com isto uma tendência das demais áreas das Ciências Sociais Aplicadas.

**Critérios Mínimos** para considerar uma publicação como periódico científico:

- Editor responsável.
- Conselho Editorial.
- ISSN.
- Linha editorial.
- Normas de submissão
- Periodicidade mínima semestral
- Avaliação por pares.
- Publicar pelo menos 10 artigos por volume.
- Apresentação da afiliação institucional dos autores.
- Indicação da afiliação institucional dos membros dos Conselhos (especialmente do Conselho Editorial e, eventualmente, Científico).
- Resumo e Abstract dos artigos.
- Palavras chave
- Pelo menos um número do ano anterior publicado.
- A partir de 2016, disponibilidade em formato digital, com acesso on line;
- Para revistas brasileiras recomenda-se que haja uma garantia por agente certificador auditável de preservação e acesso ao acervo em casos de catástrofes e obsolescência tecnológica.
- Data de recebimento e aceitação de cada artigo

**Indexação dos periódicos em Bases de Dados** nacionais e internacionais.

Serão considerados os seguintes dois tipos de Indexadores e Bases de Dados:

- JCR/ISI, SJR/Scopus e SciELO como principais Bases/Índices de Citação internacionais e nacionais. Estas três fontes de informação foram tomadas como critério de qualidade devido à seleção de periódicos empreendida pelas mesmas; e
- Bases e Catálogos para a Área em geral: Latindex, Redalyc, DOAJ MUSE, JSTOR e presença no Portal de Periódicos da CAPES.

**Classificação dos periódicos:**

- No **Estrato A1** serão classificados aqueles periódicos científicos indexados na base JCR Social Sciences e SJR/Scopus que são reconhecidos como vinculados à Área e às Grandes Áreas das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da CAPES, sem consideração de seus fatores de impacto (a CAPES fornece a presença desses indexadores nas listas dos periódicos que disponibiliza a Área).

## DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Uma Comissão de Qualis da Área formada especificamente para o fim de classificação de periódicos pode **promover periódicos nacionais classificados como A2 para o estrato A1** a partir de uma avaliação do **mérito científico** dos artigos publicados nos dois últimos volumes dos periódicos; os critérios adotados podem ser aqueles usados pelo SciELO na avaliação do conteúdo de um periódico quando solicita sua aceitação nessa base/indexador.

- Na classificação no **Estrato A2**, serão adotados os seguintes os critérios:
  - *Periódicos científicos indexados na base SciELO;*
  - *Origem da Publicação:* Periódico publicado por instituição com Pós-Graduação stricto sensu, ou Sociedade Científica de âmbito nacional ou internacional reconhecida pela Coordenação de Área, ou por Instituição Profissional de âmbito nacional, ou Instituição de Pesquisa, ou publicada com apoio da CAPES, CNPq ou financiada por órgão de fomento de âmbito estadual.
  - *Origem dos Artigos:* Conter artigos de autores doutores, vinculados a diferentes instituições com uma concentração das instituições de vinculação de autores abaixo de 10% (para a sub-área de Planejamento Urbano e Regional) e com expressiva publicação de artigos, por volume, de autores ou coautores filiados a instituições estrangeiras.
  - *Perfil do periódico:* são periódicos relevantes para a área conforme a origem da publicação e dos artigos, da qualidade dos artigos no período desde o último triênio, com acessibilidade facilitada pelo formato digital e uma projeção internacional indicada por publicação de artigos de autores de instituições estrangeiras.
  - mesmo sem apresentar a indexação no Scielo, um periódico pode ser classificado como A2 quando apresenta condições de qualificar e valorizar a Área; essa decisão cabe a Comissão a ser instituída especialmente para este fim que deve elaborar relatório específico a respeito da indicação de periódicos nessa faixa.
- A classificação no **Estrato B1** obedecerá à combinação dos seguintes critérios
  - *Indexação em **UMA** das seguintes bases (Indexação Geral):* a LATINDEX (Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España e Portugal); a REDALYC (Red de Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal); a DOAJ (Directory of Open Access Journals) – (para periódicos eletrônicos); a CLASE (Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades)
  - *Origem dos Artigos:* conter artigos de autores doutores, vinculados a diferentes instituições com uma concentração das instituições de vinculação de autores entre 10 e 15% e com expressiva publicação de artigos, por volume, de autores ou coautores filiados a instituições estrangeiras (mais do que 10% de autores



## DOCUMENTO DE ÁREA 2013

nessa condição);

- *Composição do Conselho Editorial*: com projeção internacional

- A classificação no **Estrato de B2** obedecerá à combinação de diferentes parâmetros de análise como consta a seguir:

- *Indexação em UMA das bases (Indexação Geral) citadas no estrato B1*;

- *Origem da publicação*: Periódico publicado por instituição com Pós-Graduação stricto sensu, ou Sociedade Científica de âmbito nacional ou internacional reconhecida pela Coordenação de Área, ou por Instituição Profissional de âmbito nacional, ou Instituição de Pesquisa, ou publicada com apoio da CAPES, CNPq ou financiamento estatal;

- *Origem dos Artigos*: Publicação de artigos cujos autores doutores estejam vinculados a instituições diferentes com concentração do vínculo institucional entre 15 a 20%;

- *Composição do Conselho Editorial*: nacional

- A classificação no **Estrato de B3** obedecerá à combinação de diferentes parâmetros de análise como consta a seguir:

- *Origem da publicação*: Periódico publicado por instituição com Pós-Graduação stricto sensu, ou Sociedade Científica de âmbito nacional ou internacional reconhecida pela Coordenação de Área, ou por Instituição Profissional de âmbito nacional, ou Instituição de Pesquisa, ou publicada com apoio da CAPES, CNPq ou financiamento estatal;

- *Origem dos Artigos*: Publicação de artigos cujos autores doutores estejam vinculados a instituições diferentes com concentração do vínculo institucional entre 20 a 30%);

- *Composição do Conselho Editorial*: regional

- Os periódicos classificados no **estrato de B4** cumprirão aos seguintes critérios:

- *Origem dos Artigos*: a concentração da filiação institucional de autores se situa entre 30 e 40%.

- *Pertinência à Área* de Planejamento Urbano e Regional e Demografia limitada

- No **estrato B5** são classificados os periódicos que atenderam aos critérios mínimos exigidos para um período científico, mas não atendem às exigências adicionais descritas nos estratos subsequentes.

- O **nível C** abrange publicações e periódicos de outra natureza e impróprios, que não atendem aos critérios mínimos do Documento de Área para serem classificados como científicos, e aqueles inacessíveis para avaliação.

- **atribuição de NP - não periódico**- refere-se a publicações mencionadas pela

## DOCUMENTO DE ÁREA 2013

área, sem informações e com características explícitas de publicação não científica.

B. Também decorrente da condição interdisciplinar da área, uma significativa parte da produção intelectual dos docentes dos programas é dirigida a interlocuções para fora da área. Manter contato e acompanhar o debate em áreas disciplinares conexas ou próximas à área PUR-Demo (vide acima a discussão sobre diferentes temáticas e interlocuções), faz parte da prática dos docentes da área. Neste sentido pode-se identificar um **conjunto de periódicos** nos quais os docentes dos programas publicam **que**, considerando sua linha editorial/ foco do periódico, proximidade e pertinência em relação às características e à realidade das sub-áreas de Planejamento Urbano e Regional e de Demografia, *são mais vinculados a outras áreas*. Há um procedimento diferente de classificação para esse conjunto de periódicos conforme segue.

**Classificação de periódicos** que são distintos em relação a sua linha editorial/ foco do periódico, proximidade e pertinência das características e realidade das sub-áreas de Planejamento Urbano e Regional e de Demografia.

- em relação ao conjunto de periódicos de outras áreas que tem relevância para a área estabelecida pela publicação de um trabalho de um docente da área num periódico não diretamente vinculada à Área haverá um procedimento em três etapas:
- 1. Etapa: Será buscado o estrato atribuído ao periódico pela área considerada responsável pela sua classificação;
- 2. Etapa: Realização de uma comparação dos estratos atribuídos a esses periódicos pelas suas respectivas áreas com os resultados de uma classificação baseada em indexadores e bases que a área de Planejamento Urbano e Regional e Demografia entende como *proxy* da qualidade de periódicos de outras áreas

Essa classificação determina os estratos da seguinte forma:

**A1** – Deve ter o JCR E SJR e pertencer a pelo menos mais duas bases entre (SciELO, RedAlyc, DOAJ, Scopus, JSTOR, Muse, ou estar no Portal CAPES).

**A2** - Deve ter o JCR OU SJR e pertencer a pelo menos mais três bases entre (SciELO, RedAlyc, DOAJ, Scopus, JSTOR, Muse, ou estar no Portal CAPES). A diferença entre A2 e A1 é que A1 deve ter os dois indexadores e A2 pode ter somente um deles.

**B1** – Deve ter pelo menos um entre JCR, SJR ou Portal Capes e deve pertencer a pelo menos três bases entre (SciELO, RedAlyc, DOAJ, Scopus, JSTOR, Muse, ou estar no Portal CAPES). A diferença entre B1 e A2 é que B1 não necessita ter nenhum indexador e A2 necessita

## DOCUMENTO DE ÁREA 2013

ter pelo menos um indexador.

**B2** - Deve ter pelo menos um entre JCR, SJR e Portal Capes e deve pertencer a pelo menos uma base entre (SciELO, RedAlyc, DOAJ, Scopus, JSTOR, Muse, estar no Portal CAPES, ou Latindex). A diferença entre B2 e B1 é que no B2 o Latindex passa a ser considerado como base.

**B3** - Deve ter pelo menos duas bases entre (SciELO, RedAlyc, DOAJ, Scopus, JSTOR, Muse, estar no Portal CAPES, ou Latindex). A diferença entre B3 e B2 é que no B3 são duas bases ao invés de uma (incluindo o Latindex).

**B4** - Deve ter pelo menos uma base entre (SciELO, RedAlyc, DOAJ, Scopus, JSTOR, Muse, estar no Portal CAPES, ou Latindex). A diferença entre B4 e B3 é que no B4 é somente uma base ao invés de duas.

**B5** - Precisa ser somente periódico, mas não necessita estar em nenhuma base.

- 3. Etapa: No caso dos resultados das Etapas 1 e 2 sejam diferentes, haverá a necessidade de decidir, a partir da observação dos critérios adotadas para periódicos da área, qual será mais adequada.
- Esta tarefa será executada apenas uma vez a cada triênio - de preferência no primeiro ano - por Comissão constituída para este fim. Periódicos da área será revistos a cada ano como estabelece o item 5 embaixo.

**Proporcionalidade da estratificação** determinada pelo CTC - Conselho Técnico-Científico da CAPES

- precisam ser observadas as faixas de estratificação dos periódicos entre os estratos A1, A2 e B1 da seguinte forma:  $A2 > A1$  e  $A1 + A2 < 25\%$ ;  $A1 + A2 + B1 < 50\%$

### Ponderação

Estrato	Peso
A1	100
A2	85
B1	70
B2	55
B3	40
B4	25
B5	10
C	0

## DOCUMENTO DE ÁREA 2013

### CLASSIFICAÇÃO DE LIVROS

A área considera relevante a produção científica veiculada em livros, por consolidar investigações de maior fôlego e, quando coletâneas, indicar a construção de um debate acadêmico e científico abrangente. Este documento tomou como base as discussões nas áreas e em nível de CTC-ES, em especial ocorridas em março de 2008, bem como a avaliação crítica de documentos de outras áreas do triênio 2007-2009, próximos a Área de Planejamento Urbano e Regional/Demografia e disponíveis no sítio da CAPES.

#### *Critérios e procedimentos*

##### *a. Definição de Livro:*

Compreende-se por livro um produto impresso ou eletrônico que possua ISBN ou ISSN (para obras seriadas) contendo no mínimo 50 páginas, publicado por editora pública ou privada, associação científica e/ou cultural, instituição de pesquisa ou órgão oficial.

##### *b. Critérios de seleção para qualificação:*

A avaliação de livros da área PURD será aplicada exclusivamente para classificação da produção intelectual veiculada em livros autorais, coletâneas, dicionários ou enciclopédias, desde que seu conteúdo traduza a natureza científica da produção.

Conforme documento geral do CTC, a área PURD avaliará qualitativamente apenas a produção científica de docentes permanentes do PPG. A produção científica dos discentes será avaliada em quesito específico da Ficha de Avaliação dos PPG.

##### *c. Requisitos mínimos para ser considerado um livro e capítulo:*

Para ser considerado um livro, a obra deve conter obrigatoriamente o ISBN ou ISSN, ficha catalográfica, número mínimo de 50 páginas e ser de autoria de docente permanente de programa de pós-graduação.

Para ser considerado um capítulo, ele deve estar contido em obra considerada livro, pelos critérios acima, e ter no mínimo 3.000 palavras – contadas por referência de número de páginas e dimensões físicas da obra, indicada pela bibliotecária da biblioteca de referência.

##### *d. Instrumentos de Avaliação*

###### *(i) Ficha de Identificação da Obra*

A ficha de identificação da obra deverá ser preenchida pelo coordenador do Programa, ou sob sua chancela, para todos os produtos classificados como livro.

A ficha de identificação da obra deverá conter os principais dados que serão utilizados

## DOCUMENTO DE ÁREA 2013

para a avaliação do livro, conforme modelo contido neste documento e que será disponibilizado aos coordenadores dos Programas.

O modelo abaixo apresenta os dados que serão pedidos aos coordenadores dos PPG, em ficha eletrônica que será disponibilizada para cada PPG pela Coordenação da Área. A ficha eletrônica facilitará o trabalho de verificação das informações pela Comissão de Avaliação dos livros e será enviada eletronicamente e impressa para a Comissão.

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA OBRA
Programa de Pós-graduação:
Título da Obra:
Obra autoral (até 3 autores): sim/não + quantos autores são docentes permanentes do PPG:
Obra coletânea: sim/não
ISBN:
Editora: (se edição do autor, favor informar)
Local da edição (cidade/país):
Número de Páginas do livro:
Ano da primeira edição:
Site da editora:
Nome da linha de pesquisa ou área de concentração do PPG ao qual a obra está vinculada:
Agência de financiamento:
Premiação:
Informações complementares:

Quando coletânea, a origem institucional dos autores será aferida pela Comissão, com base na obra ou fotocópias enviadas pelo PPG.

### *(ii) Ficha de avaliação pela Comissão Qualis Livro*

Junto com a ficha de avaliação do Qualis Livros, os PPG devem enviar à biblioteca de referência da Área um exemplar da obra ou fotocópias das páginas que permitam seu exame pela Comissão, contendo:

- capa;
- sumário (com título dos capítulos e autores)
- filiação dos autores (caso não esteja no sumário);
- ficha catalográfica;
- composição do conselho editorial, impresso na obra ou no sítio da editora;
- capítulo (se coletânea) ou introdução (se obra autoral);

## DOCUMENTO DE ÁREA 2013

### *(iii) Aspectos formais:*

Compreendem características de autoria, editoria bem como informações adicionais sobre fontes de financiamento, prêmios etc. As informações adicionais correspondem a aspectos que podem valorizar a obra. Não são, porém, itens obrigatórios da avaliação.

### *(iv) Tipo e natureza do texto:*

Considerada a natureza científica, esse requisito prevê seu detalhamento bem como o tipo de obra avaliada (obra autoral, coletânea, tratado, dicionário, enciclopédia etc.).

### *e. Critérios gerais para classificação nos estratos L4 a NL*

A avaliação da obra responde a critérios que dizem respeito à qualidade e à inserção científica do PPG. Não trata do mérito individual do conteúdo de cada obra.

Como critérios básicos, a área considerará:

- Apenas a 1ª edição de uma obra;
- Será considerada endógena uma coletânea com mais de 50% dos capítulos de autores de um mesmo PPG e/ou instituição.
- L4 valerá 100 pontos; L3 valerá 75 pontos; L2 valerá 50 pontos; L1 valerá 25 pontos e NL valerá 0 ponto.
- Cada capítulo vale 20% dos pontos totais da obra;
- A organização do livro (o organizador sendo ou não autor de um capítulo) valerá 20% dos pontos totais da obra;
- Os pontos totais recebidos pelos capítulos de professores de um PPG não podem exceder aos pontos totais da obra;
- Um autor só receberá pontos por até 2 capítulos (ou 40% dos pontos) de uma mesma obra;
- Os pontos em livros L1 não podem exceder a 25% do total dos pontos da produção científica em livros;

## DOCUMENTO DE ÁREA 2013

### f. Critérios específicos para classificação nos estratos L4 a L1

#### **Autoria:**

<b>Critério</b>	<b>Pontos</b>	<b>Comentários</b>
Obra autoral, contendo docente PPG	8	O PPG receberá pontos da obra, e não de cada um dos autores.
Coletânea com autores* de outras instituições nacionais que ultrapassem 50% dos capítulos**	8	* Não importa se docentes ou discentes. ** Critério de endogenia é que 50% da obra seja de autores do próprio PPG.
Coletânea com autores* de outras instituições estrangeiras que ultrapassem 50% dos capítulos**	10	* Não importa se docentes ou discentes. ** Critério de endogenia é que 50% da obra seja de autores do próprio PPG.
Coletânea só com autores do PPG ou com menos de 50% de capítulos de autores de outros PPG**	5	** Critério de endogenia é que 50% da obra seja de autores do próprio PPG.
Organização da coletânea	2	A organização vale os pontos de um capítulo.

#### **Editoria:**

<b>Critério</b>	<b>Pontos</b>	<b>Comentários</b>
Editora internacional comercial ou universitária	10	O PPG receberá pontos da obra, e não de cada um dos autores.
Editora nacional, comercial ou universitária filiada à ABEU	8	
Editora nacional universitária não filiada à ABEU	4	
Conselho editorial, comissão editorial ou avaliação por pares comprovada	2	
Apoio de agência de fomento	1	
Prêmio	1	

#### **Informações adicionais:**

<b>Critério</b>	<b>Pontos</b>	<b>Comentários</b>
Publicação em idioma estrangeiro	1	



## DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Os livros serão considerados L3 se atingirem 18 pontos. Apenas os livros que atingirem em avaliação indireta a classificação de L3 serão avaliados para passagem à categoria L4. A avaliação de conteúdo para classificação em L4 será baseada na contribuição científica e potencial de impacto da obra na comunidade científica, respaldada pelos critérios apontados na ficha de avaliação e pela comissão designada pela Área. Haverá uma categoria NL para livros não classificados.

### **EVENTOS – CLASSIFICAÇÃO DE ANAIS**

A área optou por falar de classificação de ANAIS de eventos científicos por considerar que se deve tentar evitar uma prática bastante comum entre os organizadores de eventos alguns anos atrás – quando havia um tipo de Qualis de Eventos – que era a apropriação indevida dessa classificação na divulgação do evento.

Falar de ANAIS pode, ao menos, dificultar a retomada dessa forma equivocada de se apropriar do trabalho das áreas da CAPES. A classificação de um evento é meramente meio para o fim de atribuir certos valores aos trabalhos completos nele publicados. Em outras palavras, para auferir a produção científica de um programa considera-se como referência, da mesma forma como em relação aos outros dois tipos de produtos da atividade científica dos docentes – trabalhos publicados em periódicos e livros/capítulo de livros – , o trabalho completo publicado em anais. A avaliação do próprio evento faz parte dessa classificação e pode ser considerado condição necessária, mas ela não é suficiente.

A experiência da área mostra que as condições da publicação e divulgação dos trabalhos completos veiculados em eventos devem ter um peso importante na classificação desses trabalhos. Por isto a proposta da área incorpora critérios a este respeito na sua classificação dos ANAIS.

A Comissão de Avaliação se baseará na Ficha de Avaliação preenchida pelo coordenador do PPG, ou sob sua responsabilidade, e no material impresso enviado à biblioteca de referência.

Só serão avaliados trabalhos completos publicados em anais de evento científico, por docente permanente do Programa de Pós-Graduação (PPG). A produção discente é considerada em campo específico na avaliação do Programa.

A Ficha de Avaliação sobre cada trabalho completo publicado em anais de evento científico deve conter as seguintes informações:



## DOCUMENTO DE ÁREA 2013

- Nome do evento:
- Abrangência (internacional, nacional, regional):
- Instituições organizadoras e promotoras:
- Número de edições do evento:
- Apoio institucional recebido (independentemente se o próprio programa for promotor ou não):
- ISBN ou ISSN e formas de divulgação dos trabalhos completos apresentados (por exemplo sites, sua permanência que asseguram o acesso perpetuado aos trabalhos, responsabilidade para a manutenção desses sites etc.) :

Além dos documentos comprobatórios dos itens preenchidos na ficha de avaliação, o coordenador do PPG deve enviar à biblioteca de referência documentos que comprovem:

- Composição do Comitê Organizador, com filiação institucional de seus componentes;
- Composição do Comitê Científico, com filiação institucional de seus componentes.
- Trabalhos completos dos docentes permanentes do PPG publicados nos anais

### Critérios Básicos e Medidas:

Só serão avaliados e pontuados trabalhos completos;

*Só serão avaliados e pontuados trabalhos em ANAIS com ISBN ou ISSN;*

Abrangência (local, regional, nacional, internacional);

Será considerado o perfil do comitê organizador (se local ou nacional ou internacional; se institucional ou interinstitucional; se disciplinar ou interdisciplinar; titulação dos componentes);

Será considerado o perfil das instituições organizadoras e promotoras (se são ou se têm vínculo com associação científica);

Será considerado o apoio institucional recebido (de agências de fomento locais, nacionais e internacionais; das próprias associações; de outras instituições);

Será considerado o nível de consolidação do evento (número de edições; regularidade);

Perfil do comitê científico de seleção de trabalhos (diversidade institucional; titulação).

Disponibilidade dos trabalhos completos na página do evento ou em lugares indicados (link) e sua permanência caso se trate de eventos periódicos

### *Critérios de Enquadramento*

Para ser considerado no nível E4 (100 pontos):

- . ser uma promoção de uma associação nacional ou internacional;
- . ter tido mais de 5 edições;

## DOCUMENTO DE ÁREA 2013

. preencher 80% das medidas mais altas dos critérios básicos.

Para ser considerado no nível E3 (75 pontos):

- . ser uma promoção de uma associação nacional ou internacional;
- . ter tido 5 ou menos edições;
- . preencher menos de 80% das medidas mais altas dos critérios básicos.

Para ser considerado no nível E2 (50 pontos):

- . ter um perfil regional.

Para ser considerado no nível E1 (25 pontos):

- . ter um perfil local.

### CLASSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO TÉCNICA

Será considerada, na Área de Planejamento Urbano e Regional/Demografia a produção técnica dos docentes permanentes dos programas. Para essa produção serão considerados os seguintes itens:

- (i) Prestação de serviço que inclui serviços técnicos, consultorias, assessorias, pareceres, auditorias, a confecção de cartas, mapas ou similares, cursos de capacitação profissional e atividades e produtos semelhantes;
- (ii) Desenvolvimento de material didático e instrucional (incluem manuais).
- (iii) Desenvolvimento de técnicas ou processos o que pode incluir a elaboração e aperfeiçoamento de técnicas de gravação de áudio e vídeo; direção artística; proposição e desenvolvimento de modelos de gestão, educacionais ou de assistência; testes e técnicas de diferentes naturezas.
- (iv) Elaboração de projeto como o desenvolvimento de estudo de política públicas e avaliação de políticas e programas e semelhantes.
- (v) Divulgação técnica que se refere a artigos publicados em revistas técnicas, jornais e revistas de divulgação para o público em geral; apresentação de trabalho; publicação em conferência; programa de rádio ou televisão; divulgação dos trabalhos realizados e resultados obtidos em congressos técnicos com efetiva participação dos profissionais do setor; e em publicações técnicas com expressiva circulação nesse setor deve ser especialmente valorizada.
- (vi) Outros tipos de produção técnica considerada relevante pelo próprio Programa; este tópico permite incorporar aspectos que poderão não ser captados previamente; este tópico é relevante no sentido de resgatar uma das características do MP, relacionada ao atendimento da demanda da sociedade.

Houve, entre os mestrados profissionais da área, uma série de reuniões no último triênio para



Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
Diretoria de Avaliação



### **DOCUMENTO DE ÁREA 2013**

elaborar uma classificação dos diferentes tipos de produção técnica para poder qualificar melhor sua produção para os programas. Apesar dos avanços que já teve, vai ser necessário um esforço no futuro para realmente consolidar uma forma de contemplar na avaliação as qualidades dos diferentes produtos técnicos.

## DOCUMENTO DE ÁREA 2013

### V. Fichas de Avaliação para o Triênio 2010-2012

#### MESTRADO (ACADÊMICO) E DOUTORADO

Quesitos / Itens	Peso*	Definições e Comentários sobre o Quesito/Itens
<b>1 - Proposta do Programa</b>	<b>0%</b>	
1.1. Coerência, consistência, abrangência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos de pesquisa em andamento e proposta curricular.	50%	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Objetivos precisos do curso e perfil acadêmico pretendido com a formação proporcionada;</li> <li>- Articulação entre objetivos, área(s) de concentração (AC) e estrutura curricular;</li> <li>- Clareza e precisão das linhas de pesquisa (LP) formuladas, seu ajuste à(s) área(s) de concentração bem como aos campos de especialização do corpo docente e explicitação da relação com seus respectivos projetos de pesquisa (PP) em andamento; <i>Observação: é recomendável que, apesar de não ser requisito, os Projetos de Pesquisa sejam desenvolvidos por meio de laboratórios, ampliando e solidificando o intercâmbio entre os corpos docente e discente;</i></li> <li>- Adequação da estrutura curricular à(s) área(s) de concentração e, eventualmente, às linhas de pesquisa bem como ao perfil do corpo docente; distribuição das disciplinas obrigatórias e eletivas (quando há essa distinção); disciplinas dedicadas à fundamentação teórica e ao ensino de metodologia e técnicas de investigação científica; seminários de projetos, de pesquisa e temáticos.</li> <li>- Proposta curricular capaz de proporcionar formação teórica e metodológica que contemple: bibliografia de referência (clássica e contemporânea, nacional e</li> </ul>

**DOCUMENTO DE ÁREA 2013**

		<p>estrangeira) adequada à(s) área(s) de concentração e às linhas de pesquisa; ensino de métodos e técnicas e de tratamento analítico de dados; articulação lógica entre conceitos e fundamentação empírica; redação clara e observância das convenções acadêmicas;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Compatibilidade da produção acadêmica com a(s) área(s) de concentração e as linhas de pesquisa;</li> <li>- Histórico de constituição do grupo e informação a respeito de possíveis modificações a respeito das AC. LP, PP, da estrutura curricular do curso; da mudança de créditos etc.</li> </ul>
<p>1.2. Planejamento do programa com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios internacionais da área na produção do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social mais rica dos seus egressos, conforme os parâmetros da área.</p>	<p>35%</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Identificação dos desafios do programa e formulação de metas e propostas para seu enfrentamento tanto em relação à formação quanto à produção de conhecimentos;</li> <li>- Explicitação do alcance das metas durante o triênio;</li> <li>- Envolvimento do programa em associações e redes nacionais e internacionais, mediante convênios e participação em editais;</li> <li>- Planejamento de publicações e divulgação de conhecimentos em fóruns acadêmicos;</li> <li>- Iniciativas como procedimentos internos de auto-avaliação (credenciamento de entrada no programa e como orientador de mestrado e/ou doutorado); formas de acompanhamento de egressos; existência de plano próprio para capacitação docente; existência de programas eletrônicos para acompanhamento de atividades, como fluxo de alunos, etc.;</li> </ul>

### DOCUMENTO DE ÁREA 2013

<p>1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e, se for o caso, extensão.</p>	<p>15%</p>	<p>Existência, adequação e suficiência de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Infraestrutura de apoio administrativo próprio (secretaria), salas para docentes e discentes, auditórios etc.;</li> <li>- Laboratórios com condições para a realização das pesquisas docentes e discentes;</li> <li>- Biblioteca que permita o acesso rápido às informações, com ênfase nos periódicos;</li> <li>- Recursos de informática disponíveis para alunos e docentes;</li> <li>- Recursos próprios do Programa para a realização de suas atividades docentes e de orientação.</li> <li>- Captação de recursos para ações de apoio ao curso/programa (apoio institucional e financiamento por parte de órgãos externos)</li> </ul>
<p><b>2 - Corpo Docente</b></p>	<p><b>20%</b></p>	
<p>2.1. Perfil do corpo docente, consideradas titulação, diversificação na origem de formação, aprimoramento e experiência, e sua compatibilidade e adequação à Proposta do Programa.</p>	<p>15%</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Composição do corpo docente permanente por doutores com formação ou atuação no campo temático do curso/programa;</li> <li>· Adequação das áreas de formação acadêmica dos docentes permanentes à Proposta do Programa (AC, LP e PP);</li> <li>· Diversificação adequada e não endógena da formação do corpo docente permanente (instituições onde obtiveram doutoramento);</li> <li>· Nível de experiência do corpo docente permanente, inclusive sua projeção nacional e internacional; proporção de doutores com titulação inferior a cinco anos e superior a dez anos;</li> <li>- Atração, no caso de programas com doutorado, de estágios seniores, pós-doutorais ou atividades similares por parte dos docentes do programa;</li> <li>· Docentes permanentes do programa como visitantes em outras IES nacionais e</li> </ul>



**DOCUMENTO DE ÁREA 2013**

		<p>internacionais, de consultores técnico-científicos de instituições públicas, privadas e órgãos de fomento; de pareceristas, corpo editorial e editor de periódicos especializados nacionais e internacionais e semelhante;</p> <p>- Capacitação continuada do corpo docente;</p>
<p>2.2. Adequação e dedicação dos docentes permanentes em relação às atividades de pesquisa e de formação do programa.</p>	<p>30%</p>	<p>· Tamanho do corpo docente e sua composição (mínimo de 8 docentes permanentes para mestrado e 10 para doutorado);</p> <p>- Estabilidade do corpo docente permanente identificando eventuais oscilações em sua composição e nível de qualificação; as oscilações na composição do corpo docente total não devem ser maiores do que 20% de um ano para o outro.</p> <p><i>Observação: atentar para mudanças que possam expressar queda da qualidade da equipe ou falta de respaldo da IES ao programa;</i></p> <p>- Proporção de docentes do corpo permanente em relação ao corpo docente total do programa: como disposto na Portaria 068/2004, pelo menos 70% dos docentes do Programa devem integrar o corpo de docentes permanentes; o percentual de docentes permanentes em condições especiais (PRODOC, aposentados e conveniados) não deve ultrapassar 30% em relação ao total de docentes permanentes;</p> <p>- Proporção de docentes permanentes com tempo integral na IES onde se situa o Programa e com dedicação mínima de 20 horas semanais no Programa;</p> <p>- Proporção de docentes permanentes que podem participar nessa mesma condição em apenas um outro programa; não pode ultrapassar 30%;</p>

### DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Responsabilidades dos docentes permanentes na oferta de disciplinas obrigatórias (só podem ser ministradas por eles);</li> <li>- Participação dos docentes do quadro permanente em projetos de pesquisa;</li> <li>- Participação de docentes em redes locais, nacionais e internacionais de pesquisa.</li> </ul>
2.3. Distribuição das atividades de pesquisa e de formação entre os docentes do programa.	35%	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Proporção das atividades de orientações e publicações científicas realizadas pelos docentes permanentes em face dos demais docentes; dinâmica do Programa em relação à dependência da atuação de docentes visitantes e colaboradores;</li> <li>- Distribuição da carga letiva e da carga horária média entre os docentes permanentes, colaboradores e visitantes do Programa; os docentes permanentes do Programa devem ser responsáveis por pelo menos 75% dessa carga;</li> <li>- Média de disciplinas oferecidas no triênio, por docente do corpo permanente;</li> <li>- Participação dos 20% dos docentes com maior carga horária em disciplinas no total da carga horário no período;</li> <li>- Média de projetos de pesquisa por docentes do corpo permanente;</li> </ul>
2.4. Contribuição dos docentes para atividades de ensino e/ou de pesquisa na graduação, com atenção tanto à repercussão que este item pode ter na formação de futuros ingressantes na PG, quanto (conforme a área) na formação de profissionais mais capacitados no plano da graduação.	10%	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Proporção de docentes do programa com carga didática na graduação;</li> <li>- Média da carga letiva de docentes em cursos de pós-graduação lato senso onde não há graduação;</li> <li>- Proporção de docentes do programa com responsabilidade na orientação em iniciação científica ou equivalente; valorização da inserção em projetos de iniciação científica e</li> </ul>

**DOCUMENTO DE ÁREA 2013**

		preparo ou formação de futuros ingressantes na PG.
2.5. Proporção do corpo docente com importante captação de recursos para pesquisa (Agências de Fomento, Bolsa de Produtividade, Financiamentos Nacionais e Internacionais, Convênios, etc.)	10%	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Capacidade dos docentes permanentes de captar financiamentos para realização de pesquisa (por agências de fomento nacionais e internacionais);</li> <li>- Proporção de docentes com apoio financeiro para realização de pesquisas;</li> <li>- proporção de docentes com estágio de pós-doutorado, no Brasil e no exterior;</li> <li>- proporção de docentes em coordenação de laboratórios e grupos de pesquisa cadastrados no CNPq.</li> </ul>
<b>3 - Corpo Discente, Teses e Dissertações</b>	<b>35%</b>	
3.1. Quantidade de teses e dissertações defendidas no período de avaliação, em relação ao corpo docente permanente e à dimensão do corpo discente.	30%	<ul style="list-style-type: none"> <li>- proporção de teses e dissertações defendidas em relação ao corpo docente permanente (adequar os critérios quantitativos em relação aos novos docentes permanentes – aqueles que atuam há menos de três anos no programa);</li> <li>- proporção de titulações em relação à dimensão do corpo discente.</li> <li>- proporção de teses e dissertações defendidas por número médio de discentes no período;</li> </ul>
3.2. Distribuição das orientações das teses e dissertações defendidas no período de avaliação em relação aos docentes do programa	30 %	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Proporção entre o número de orientandos e o número de orientadores, bem como a distribuição equitativa; média de orientandos por docente do corpo permanente;</li> <li>- Compatibilidade do número de orientandos com a experiência, produção intelectual e disponibilidade do orientador; a Área considera adequada a relação de 3 a 8 alunos por orientador (incluindo mestrado acadêmico, doutorado e mestrado profissional).</li> </ul>

**DOCUMENTO DE ÁREA 2013**

		<p>- Participação dos 20% docentes com maior número de defesas por ano no número total de dissertações e/ou teses defendidas ao ano;</p> <p><i>Observação: Os indicadores quantitativos deverão diferenciar programas que oferecem apenas o mestrado daqueles que oferecem mestrado e doutorado</i></p>
3.3. Qualidade das Teses e Dissertações e da produção de discentes autores da pós-graduação e da graduação (no caso de IES com curso de graduação na área) na produção científica do programa, aferida por publicações e outros indicadores pertinentes à área.	35 %	<p>- proporção entre número de discentes-autores com o número de alunos matriculados (por ano);</p> <p>- média da produção bibliográfica do corpo discente em periódicos, anais de eventos científicos (mesmo resumos) etc. em relação ao número total de discentes-autores;</p> <p>- proporção de egressos-autores em relação ao número total dos alunos titulados nos últimos três anos; diferenciação entre mestrado e doutorado, onde tiver.</p> <p>- diversificação institucional dos membros de bancas examinadores externos ao programa por ano.</p>
3.4. Eficiência do Programa na formação de mestres e doutores bolsistas: tempo de formação de mestres e doutores e percentual de bolsistas titulados.	5 %	<p>- tempo médio de titulação de bolsistas e não bolsistas em nível de mestrado e do doutorado;</p> <p><i>Observação: será considerada de forma diferenciada a situação de alunos vinculados a projetos especiais aprovados pela Capes, como Minter e Dinter</i></p> <p>- fluxo de entrada e saída dos alunos no programa.</p> <p>- realização de estágios fora do programa através de de bolsas de doutorado sanduíche ou formas semelhantes;</p>
<b>4 - Produção Intelectual</b>	<b>35%</b>	
4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente	50%	- Proporção de docentes do quadro permanente com produção qualificada no período, segundo modalidade de publicação

## DOCUMENTO DE ÁREA 2013

	<p>(livro, capítulo de livro, anais, artigos em periódicos científicos);</p> <p>- Qualidade da produção do programa: serão considerados produtos suscetíveis à avaliação da qualidade da produção intelectual de um programa aqueles trabalhos de seus docentes permanentes que foram publicados na forma de artigos em periódicos, livros, capítulos de livros qualificados e trabalhos completos em anais segundo os respectivos Qualis da Área.</p> <p><i>Observação: Para auferir a qualidade da produção do programa cada produto será contabilizado apenas uma vez, ou seja, os produtos construídos em co-autoria por mais de um docente permanente do programa contribuem para a apreciação da qualidade apenas uma vez</i></p> <p>- Quantidade da produção qualificada per capita: serão somados os trabalhos produzidos por cada docente permanente desconsiderando possíveis co-autorias; no numerador são somados os produtos e no denominador são considerados os docentes permanentes, levando em conta o tempo de participação de cada um durante o triênio; média de publicações qualificadas por docente do quadro permanente no período;</p> <p><i>Observação: Em ambos os casos (avaliação qualitativa e quantitativa), a produção de docentes permanentes que participam em mais de um Programa deve ser discriminada pelos coordenadores, levando-se em consideração para que um trabalho seja contemplado o tipo de colaboração da qual resultou a referida produção. O lançamento de produção sem vínculo efetivo (projetos em cooperação, orientação ou sem vinculação temática) será glosado da produção do programa.</i></p>
--	--

**DOCUMENTO DE ÁREA 2013**

		- Proporção de docentes do corpo permanente que não apresentam nenhuma produção no período
4.2. Distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente permanente do Programa.	40%	<p>- Acúmulo dos desvios da qualidade da publicação de cada docente permanentes da qualidade média de todos os docentes permanentes (índice de dissimilaridade);</p> <p>- Proporção dos docentes que alcançam a pontuação compatível com o perfil da nota;</p> <p><i>Observação: Na análise da distribuição da produção será contabilizada a produção qualificada de cada docente permanente, sem descontar os artigos, livros, capítulos de livros e trabalhos completos em anais desenvolvidos em co-autoria com outros docentes do Programa.</i></p>
4.3. Produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes.	10%	<p>- Média, por docente, das produções técnicas do corpo docente permanente considerando obras integrais, capítulos, coletâneas e outros trabalhos de caráter técnico elaborados para agências internacionais, instituições nacionais, estaduais e municipais relacionadas com a formulação, implementação e avaliação de políticas; relatórios de pesquisa e de consultoria e congêneres desde que tenham sido publicadas em meio impresso ou eletrônico.</p> <p>- Proporção de docentes do quadro permanente com produção técnica no período, segundo modalidade de publicação;</p> <p>- Grau de concentração (baixo, médio, ou elevado) da produção técnica qualificada por docente do quadro permanente;</p>
<b>5 - Inserção Social</b>	<b>10%</b>	
5.1. Inserção e impacto regional e (ou) nacional do programa.	45%	<b>Inserção Social:</b> formação de recursos humanos qualificados para a Administração Pública ou a sociedade civil que possam

### DOCUMENTO DE ÁREA 2013

	<p>contribuir para o aprimoramento da gestão pública e a redução da dívida social, ou para a formação de um público que faça uso dos recursos da ciência e do conhecimento;</p> <p><b>Inserção Tecnológico/econômico:</b> contribuição para o desenvolvimento micro-regional, regional e/ou nacional destacando os avanços produtivos gerados; disseminação de técnicas e conhecimentos; organização e promoção de eventos científico-tecnológicos</p> <p><b>Outras formas de inserção:</b> A Área poderá considerar outros tipos de impacto (por exemplo: educacionais) na medida em que se alterar o perfil dos programas recomendados. Poderão ser considerados os seguintes indicadores:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Número e tipo de intercâmbios firmados para realização de cursos de extensão universitária;</li><li>- Número de cursos de extensão proporcionados pelo programa;</li><li>- Existência de iniciativas de transferência de conhecimento e de técnicas para públicos não acadêmicos.</li><li>- Alunos matriculados originários do setor público e/ou organizações da sociedade civil e/ou de instituições de ensino e pesquisa e/ou da rede pública de ensino fundamental ou médio;</li><li>- Alunos titulados no período-base empregados no setor público e/ou organizações da sociedade civil e/ou de instituições de ensino e pesquisa e/ou da rede pública de ensino fundamental ou médio; organizações de fomento e desenvolvimento etc.</li><li>- Prêmios recebidos pelo corpo docente e discente do Programa;</li></ul>
--	--



### DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Existência no ano-base de convênio ativo e/ou acordo de cooperação e/ou prestação de serviço e/ou desenvolvimento de pesquisa entre o Programa e o setor público e/ou organização da sociedade civil e/ou atividade de extensão;</li> <li>- Disponibilização de bases de dados originais e/ou fontes primárias de dados para uso público;</li> <li>- Existência de veículo próprio de publicação regular e sistemática de resultados de pesquisa;</li> <li>- Ações institucionais para geração e desenvolvimento de tecnologias sociais e/ou econômicas, tais como incubadoras, parques tecnológicos e congêneres;</li> <li>- Representação institucional em conselhos públicos e/ou de associações da sociedade civil;</li> </ul>
<p>5.2. Integração e cooperação com outros programas e centros de pesquisa e desenvolvimento profissional relacionado à área de conhecimento do programa, com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação.</p>	<p>40%</p>	<p>Participação em programas de cooperação, intercâmbio sistemáticos e redes nacionais e internacionais;</p> <p>Participação em projetos de cooperação entre programas com níveis de consolidação diferentes, voltados para a inovação na pesquisa ou o desenvolvimento da pós-graduação em regiões ou sub-regiões geográficas menos aquinhoadas (atuação de professores visitantes; participação em programas como PQI, Dinter/Minter e similares).</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Participações especiais do corpo docente em órgãos oficiais (CAPES, CNPq, FAPs, Conselhos governamentais etc.);</li> <li>- Participação do corpo docente como: (a) editores de periódicos Qualis da Área, (b) consultores ad-hoc de periódicos</li> </ul>

**DOCUMENTO DE ÁREA 2013**

		<p>internacionais, (c) organizadores, palestrantes, chairmen, debatedores etc. de eventos internacionais e nacionais, (d) representantes de sociedades científicas, (e) representantes de entidades de classe c.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Publicações conjuntas de docentes do programa com docentes de outras IES ou institutos de pesquisa.</li> <li>. Parceria entre instituições na organização de eventos científicos relevantes para a área.</li> <li>. Intercâmbio docente visando atividades de pesquisa (produção ou divulgação), docência ou orientação.</li> </ul>
<p>5.3 - Visibilidade ou transparência dada pelo programa à sua atuação.</p>	<p>15%</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Manutenção de página Web para a divulgação, de forma atualizada, de dados internos ao Programa, critérios de seleção de alunos, parte significativa de sua produção docente, financiamentos recebidos da Capes e de outras agências públicas e entidades privadas etc.</li> <li>- Garantia de amplo acesso a Teses e Dissertações, pela Web, conforme a Portaria CAPES nº 13/ 2006, que torna obrigatória essa providência.</li> <li>- Palestras, conferências e/ou aula inaugural em programas recomendados e/ou em cursos de Graduação de interface com a área.</li> <li>- Desenvolvimento de ações abertas à comunidade acadêmica e à sociedade em geral para divulgação dos trabalhos e produções do Programa, intercâmbio e difusão do conhecimento.</li> </ul>

**DOCUMENTO DE ÁREA 2013**

<b>MESTRADO PROFISSIONAL</b>		
<b>Quesitos / Itens</b>	<b>Peso</b>	<b>Definições e Comentários sobre o Quesito/Itens</b>
<b>1 - Proposta do Programa</b>	<b>0 %</b>	
1.1. Coerência, consistência, abrangência e atualização da(s) área(s) de concentração, linha(s) de atuação, projetos em andamento, proposta curricular com os objetivos do Programa.	35%	- Examinar se o conjunto de atividades e disciplinas, com suas ementas, atende às características do campo profissional, à(s) área(s) de concentração proposta(s), linha(s) de atuação e objetivos definidos pelo Programa em consonância com os objetivos da modalidade Mestrado Profissional.
1.2. Coerência, consistência e abrangência dos mecanismos de interação efetiva com outras instituições, atendendo a demandas sociais, organizacionais ou profissionais.	25%	- Examinar se o conjunto de mecanismos de interação e as atividades previstas junto aos respectivos campos profissionais são efetivos e coerentes para o desenvolvimento desses campos/setores e se estão em consonância com o corpo docente.
1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e administração.	15%	- Examinar a adequação da infraestrutura para o ensino, a pesquisa, a administração, as condições laboratoriais ou de pesquisa de campo, áreas de informática e a biblioteca disponível para o Programa.
1.4. Planejamento do Programa visando ao atendimento de demandas atuais ou futuras de desenvolvimento nacional, regional ou local, por meio da formação de profissionais capacitados para a solução de problemas e práticas de forma inovadora.	25%	- Examinar as perspectivas do Programa, com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios da área na produção e aplicação do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social e profissional mais rica dos seus egressos conforme os parâmetros da área

**DOCUMENTO DE ÁREA 2013**

<b>2. Corpo Docente</b>	<b>20%</b>	
2.1. Perfil do corpo docente, considerando experiência como pesquisador e/ou profissional, titulação e sua adequação à Proposta do Programa.	50%	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Examinar se o Corpo Docente Permanente (DP) é formado por doutores, profissionais e técnicos com experiência em pesquisa aplicada ao desenvolvimento e à inovação (conforme o estabelecido no Art. 7º da Portaria Normativa MEC nº 17, de 28 de dezembro de 2009 - Portaria Ministerial sobre Mestrado Profissional)</li> <li>- Examinar se o Corpo Docente atua em P,D&amp;I nas áreas de concentração do Mestrado Profissional.</li> </ul>
2.2. Adequação da dimensão, composição e dedicação dos docentes permanentes para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e formação do Programa.	20%	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Examinar a adequada proporção de Docentes Permanentes em relação ao total de docentes para verificar a existência ou não de dependência em relação a docentes colaboradores ou visitantes.</li> <li>- Examinar a participação de docentes em projetos de pesquisa científicos, tecnológicos e de inovação financiados por setores governamentais ou não governamentais.</li> <li>- Examinar a carga horária de dedicação dos docentes permanentes no programa, considerando o estabelecido pelo inciso VI do Art. 7º da Portaria Normativa MEC nº 17/2009 : “a proposta de Mestrado Profissional deverá, necessária e obrigatoriamente, comprovar carga horária docente e condições de trabalho compatíveis com as necessidades do curso, admitido o regime de dedicação parcial”</li> </ul>
2.3. Distribuição das atividades de pesquisa, projetos de desenvolvimento e inovação e de formação entre os docentes do Programa.	30%	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Examinar a distribuição das atividades de ensino, pesquisa e desenvolvimento e orientação do programa entre os Docentes Permanentes.</li> </ul>

**DOCUMENTO DE ÁREA 2013**

<b>3. Corpo Discente e Trabalhos de Conclusão</b>	<b>30%</b>	
3.1. Quantidade de trabalhos de conclusão (MP) aprovados no período e sua distribuição em relação ao corpo discente titulado e ao corpo docente do programa	40%	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Examinar a relação entre o número de trabalhos (conforme preconizado no Art. 10 da Portaria Normativa nº 17, de 28 de dezembro de 2009) concluídos e o número de alunos matriculados no período.</li> <li>- Examinar a relação entre o número de trabalhos (conforme preconizado no Art. 10 da Portaria Normativa MEC nº 17, de 28 de dezembro de 2009) concluídos e o número de docentes do programa</li> </ul>
3.2. Qualidade dos trabalhos de conclusão produzidos por discentes e egressos	40%	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Examinar as publicações em revistas, livros e outros meios de divulgação científica ou técnica.</li> <li>- Examinar a produção técnica, que não foi objeto de publicação, dos alunos e egressos.</li> </ul>
3.3. Aplicabilidade dos trabalhos produzidos	20%	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Examinar a aplicabilidade do trabalho de mestrado desenvolvido junto a setores não acadêmicos, órgãos públicos/privados, etc.</li> </ul>
<b>4. Produção Intelectual</b>	<b>30%</b>	
4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente	20%	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Examinar o número total de publicações decentes permanentes do programa no triênio.</li> </ul>
4.2. Produção artística, técnica, patentes, inovações e outras produções consideradas relevantes.	40%	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Examinar o número total da Produção técnica, patentes† e outras produções consideradas relevantes, tais como, entre outras:</li> </ul> <p>Publicações técnicas para organismos internacionais, nacionais, estaduais ou municipais (livros). Artigos publicados em periódicos técnicos. Participação em comitês técnicos: internacionais, nacionais, estaduais ou</p>

### DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		<p>municipais.</p> <p>Editoria de periódicos técnicos: editor científico, associado ou revisor.</p> <p>Elaboração de protocolos, normas ou programas.</p> <p>Consultoria ou assessoria técnica.</p> <p>Produtos técnicos.</p> <p>Protótipos.</p> <p>Patentes.</p> <p>Cursos de aperfeiçoamento, capacitação ou especialização para profissionais da área.</p>
4.3. Distribuição da produção científica e técnica ou artística em relação ao corpo docente permanente do programa	20%	- Examinar a distribuição da publicação qualificada e da produção técnica entre os docentes permanentes do programa.
4.4. Articulação da produção artística, técnica e científica entre si e com a proposta do programa.	20%	- Examinar a articulação entre a produção artística, técnica e a publicação científica qualificada do programa.
<b>5. Inserção Social</b>	<b>20%</b>	
5.1. Impacto do Programa	40%	<p><b>Inserção Social:</b> formação de recursos humanos qualificados para a Administração Pública ou a sociedade civil que possam contribuir para o aprimoramento da gestão pública e a redução da dívida social, ou para a formação de um público que faça uso dos recursos da ciência e do conhecimento;</p> <p><b>Inserção Tecnológico/econômico:</b> contribuição para o desenvolvimento micro-regional, regional e/ou nacional destacando os avanços produtivos gerados; disseminação de técnicas e conhecimentos; organização e promoção de eventos científico-tecnológicos</p> <p><b>Outras formas de inserção:</b> A Área poderá considerar outros tipos de impacto (por exemplo: educacionais) na medida em que se alterar o perfil dos programas recomendados. Poderão ser considerados os seguintes</p>

### DOCUMENTO DE ÁREA 2013

	<p>indicadores:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Número e tipo de intercâmbios firmados para realização de cursos de extensão universitária;</li><li>- Número de cursos de extensão proporcionados pelo programa;</li><li>- Existência de iniciativas de transferência de conhecimento e de técnicas para públicos não acadêmicos.</li><li>- Alunos matriculados originários do setor público e/ou organizações da sociedade civil e/ou de instituições de ensino e pesquisa e/ou da rede pública de ensino fundamental ou médio;</li><li>- Alunos titulados no período-base empregados no setor público e/ou organizações da sociedade civil e/ou de instituições de ensino e pesquisa e/ou da rede pública de ensino fundamental ou médio; organizações de fomento e desenvolvimento etc.</li><li>- Prêmios recebidos pelo corpo docente e discente do Programa;</li><li>- Existência no ano-base de convênio ativo e/ou acordo de cooperação e/ou prestação de serviço e/ou desenvolvimento de pesquisa entre o Programa e o setor público e/ou organização da sociedade civil e/ou atividade de extensão;</li><li>- Disponibilização de bases de dados originais e/ou fontes primárias de dados para uso público;</li><li>- Existência de veículo próprio de publicação regular e sistemática de resultados de pesquisa;</li><li>- Ações institucionais para geração e desenvolvimento de tecnologias sociais e/ou econômicas, tais como incubadoras, parques tecnológicos e congêneres;</li><li>- Representação institucional em conselhos</li></ul>
--	--



**DOCUMENTO DE ÁREA 2013**

		públicos e/ou de associações da sociedade civil;
5.2. Integração e cooperação com outros Cursos/Programas com vistas ao desenvolvimento da pós-graduação.	20%	- Examinar a participação em programas de cooperação e intercâmbio sistemáticos com outros na mesma área, dentro da modalidade de Mestrado Profissional; a participação em projetos de cooperação entre cursos/Programas com níveis de consolidação diferentes, voltados para a inovação, na pesquisa, o desenvolvimento da pós-graduação ou o desenvolvimento econômico, tecnológico e/ou social, particularmente em locais com menor capacitação científica ou tecnológica.
5.3. Integração e cooperação com organizações e/ou instituições setoriais relacionados à área de conhecimento do Programa, com vistas ao desenvolvimento de novas soluções, práticas, produtos ou serviços nos ambientes profissional e/ou acadêmico.	20%	- Examinar a participação em convênios ou programas de cooperação com organizações/instituições setoriais, voltados para a inovação na pesquisa, o avanço da pós-graduação ou o desenvolvimento tecnológico, econômico e/ou social no respectivo setor ou região; a abrangência e quantidade de organizações/instituições a que estão vinculados os alunos; a introdução de novos produtos ou serviços (educacionais, tecnológicos, diagnósticos, etc.), no âmbito do Programa, que contribuam para o desenvolvimento local, regional ou nacional.
5.4. Divulgação e transparência das atividades e da atuação do Programa	20%	- Examinar a divulgação atualizada e sistemática do Programa, poderá ser realizada de diversas formas, com ênfase na manutenção de página na internet. Entre outros itens, será importante a descrição pública de objetivos, estrutura curricular, critérios de seleção de alunos, corpo docente, produção técnica, científica ou artística dos docentes e alunos, financiamentos recebidos da Capes e de outras agências públicas e entidades privadas, parcerias institucionais, difusão do conhecimento relevante e de boas práticas profissionais, entre outros. A procura de candidatos pelo programa pode ser considerada desde que relativizada pelas especificidades

## DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		regionais e de campo de atuação. - Examinar a divulgação dos trabalhos finais, resguardadas as situações em que o sigilo deve ser preservado (Art. 2º Portaria CAPES nº 13/2006)
--	--	---

### VI. Considerações e definições sobre internacionalização/inserção internacional

A progressiva internacionalização da Área parte do princípio que o estabelecimento de parcerias com instituições internacionais é imprescindível para o desenvolvimento da pós-graduação e da pesquisa, para a troca de conhecimentos, para a cooperação técnica e científica, para o aprimoramento do corpo docente e discente e para o desenvolvimento dos programas de pós-graduação. A Área discutiu a necessidade de, além de não descuidar das relações com países que são tradicionalmente nossos interlocutores, procurar incentivar e reforçar a cooperação com países do assim chamado “Global Sul”.

Apesar de haver um consenso na Área referente à importância da internacionalização, falta ainda um maior amadurecimento a respeito dessa temática. Assim, os melhores programas têm determinadas estratégias para a sua internacionalização bastante avançadas e consolidadas; mas faltam ainda debates do conjunto dos programas para definir orientações mais gerais para a área.

Em decorrência disto, não havendo uma estratégia comum, identifica-se nos programas seus esforços em relação à certas atividades e envolvimento que procuram caminhar em direção à internacionalização.

Um catálogo desses critérios pode dar uma impressão a respeito disto:

- (i) *Produção científica*: A produção científica com inserção internacional compreende a publicação de resultados de pesquisa, sob a forma de artigos em periódicos científicos, anais, livros e capítulo de livros qualificados, com destacadas proporção e média por docente nos estratos A1, A2 e B1 do Qualis da Área (periódicos, eventos) L4 e L3 na classificação de livros, capítulos etc..
- (ii) *Participação junto a Agências de Apoio e Fomento Internacional*: Consultorias a organismos internacionais; comitês editoriais e como pareceristas de periódicos internacionais; obtenção de bolsas de pesquisa ou financiamento de agências internacionais; premiações internacionais de docentes e alunos; participação em programas como Erasmus Mundo, formação de mestres e doutores por meio de co-tutela com programas no exterior;
- (iii) *Intercâmbio em todos os níveis*: atração de alunos estrangeiros e estágio de alunos brasileiros no exterior; convênios de intercâmbio e de pesquisa com instituições estrangeiras de reconhecido prestígio científico, em regime de reciprocidade e com divulgação no exterior; conferências e palestras realizadas por docentes em diversos países e participação em

## DOCUMENTO DE ÁREA 2013

eventos fora do país; participação em redes internacionais de pesquisa; promoção de eventos científicos internacionais; filiações dos programas ou de suas instituições às associações de ensino e pesquisa internacionais; programas de dupla certificação com parceiro no exterior.

### Critérios para emissão das notas “6” e “7”

No que diz respeito aos critérios que servirão de base para a identificação dos programas que, em relação aos demais programas de alto nível de sua área e no contexto da pós-graduação nacional, apresentem um **diferencial de desempenho** que lhes permita ser contemplados com as notas “6” ou “7”, torna-se necessário o atendimento, concomitante, de um conjunto de características que culminam em um diferencial de alta qualificação e desempenho e de forte liderança nacional do Programa. Os itens abaixo descritos indicam os principais aspectos considerados para identificar os programas com essas características:

- 1 Nível de qualificação, de produção e de desempenho equivalentes ao dos centros internacionais de excelência na formação de recursos humanos:** verificar se o programa tem qualidade equivalente a centros de excelência internacional, caracterizando-se pela presença internacional relevante e de impacto, tanto na produção científica como na participação em convênios, equipes de projeto, dentre outros.
- 2 Consolidação e liderança nacional do programa como formador de recursos humanos para a pesquisa e a pós-graduação:** Avaliar se o programa exerce posição de liderança na formação de recursos humanos, verificando se o programa já tem uma posição consolidada na formação de doutores; em que nível explora seu potencial de formação de recursos humanos – relação entre sua contribuição para a pesquisa e a utilização dessa competência como oportunidade para a formação de recursos humanos de alto nível.
- 3 Liderança nacional na nucleação de Programas de Pós-Graduação e de Grupos de Pesquisa:** verificar se o programa tem contribuição relevante na nucleação de grupos de pesquisa ou de pós-graduação no Brasil, ou seja, se formou doutores que desempenham papel significativo em outros cursos de pós-graduação ou em grupos de pesquisa ativos na região e em âmbito nacional
- 4 Inserção, presença e relevância do Programa na sociedade:** avaliar evidências de contribuição diferenciada do Programa para o desenvolvimento da sociedade, através de formas inovadoras de pesquisa bem como a sua capacidade para atrair alunos para doutorado-sanduíche, estágios seniores ou pós-doutorado.

As notas 6 e 7 são reservadas exclusivamente para os programas com doutorado que obtiveram nota 5 e conceito “Muito Bom” em todos os quesitos (Proposta do Programa; Corpo Docente, Teses e Dissertações; Produção Intelectual e Inserção Social) da ficha de avaliação e que atendam, necessariamente, a três condições:

- **Nota 6:** predomínio do conceito “Muito Bom” nos itens de todos os quesitos da ficha de avaliação, mesmo com eventual conceito “Bom” em alguns itens; nível de desempenho (formação de doutores e produção intelectual) diferenciado em relação aos demais programas da área; e desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência na



## DOCUMENTO DE ÁREA 2013

área (internacionalização e liderança).

- **Nota 7:** conceito “Muito Bom” em todos os itens de todos os quesitos da ficha de avaliação; nível de desempenho (formação de doutores e produção intelectual) altamente diferenciado em relação aos demais programas da área; e desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência na área (internacionalização e liderança).



## Comissão de Área - Avaliação

**Período de Avaliação:** 2010 a 2012

**Etapa:** Avaliação Trienal 2013

**Área de Avaliação:** 30 - PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL / DEMOGRAFIA

<b>Comissão Responsável pela Avaliação:</b>	<b>Sigla IES</b>	
CHRISTIAN LUIZ DA SILVA	UTFPR	Consultor(a)
CRISTINA MARIA MACEDO DE ALENCAR	UCSAL	Consultor(a)
EDNA MARIA RAMOS DE CASTRO	UFPA	Consultor(a)
GERALDO MAGELA COSTA	UFMG	Consultor(a)
IVO MARCOS THEIS	FURB	Coordenador(a) Adjunto(a)
JOAO FARIAS ROVATI	UFRGS	Consultor(a)
JOSE IRINEU RANGEL RIGOTTI	UFMG	Consultor(a)
JOSE LUIS VIANNA DA CRUZ	UFF	Consultor(a)
MARIA PAULA CASAGRANDE MARIMON	UDESC	Coordenador(a) Adjunto(a) Mestrado Profissional
PAULO CESAR FORMIGA RAMOS	UFRN	Consultor(a)
RAINER RANDOLPH	UFRJ	Coordenador(a)
ROBERTO LUIZ DO CARMO	UNICAMP	Consultor(a)